



Instituto de  
**HISTÓRIA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

A TESE DA CONTINUIDADE E O MARXISMO:  
Análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky

Rio de Janeiro

2013

A TESE DA CONTINUIDADE E O MARXISMO:  
Análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Instituto de História / CFCH  
Bacharelado em História

Nome do orientador: Demian Bezerra de Melo

Titulação: Doutor (UFF)

Rio de Janeiro

2013

A TESE DA CONTINUIDADE E O MARXISMO:

Análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky

Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel.

Aprovada por:

---

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Felipe Abranches Demier  
(Departamento de Direito da UniFOA)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Silva Poggi de Figueiredo  
(Departamento de História da UFF)

Rio de Janeiro

2013

Monteiro, Marcio Antonio Lauria de Moraes.

A tese da continuidade e o marxismo: Análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky / Marcio Antonio Lauria de Moraes Monteiro. – Rio de Janeiro, 2013.

vii; 68 p.:

Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de História, 2013.

Orientador: Demian Bezerra de Melo.

1. Revolução Russa. 2. Historiografia. 3. Marxismo. 4. História – Monografias. I. Melo, Demian Bezerra de (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de História. III. A tese da continuidade e o marxismo: Análise da historiografia da Revolução Russa e das contribuições de Leon Trotsky.

## RESUMO

Monteiro, Marcio Lauria. **Historiografia da Revolução Russa**; A “tese da continuidade” *versus* as contribuições de Leon Trotsky. Orientador: Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; 2013. Monografia (Bacharelado em História).

O objetivo do presente trabalho é analisar criticamente alguns momentos centrais do debate historiográfico acerca da Revolução Russa e da União Soviética, focando a chamada “tese da continuidade” – tanto em sua versão soviétóloga dos anos 1940-50, quanto em sua nova e recente forma, sintonizada com o revisionismo neoliberal e com as elaborações de François Furet. Analisaremos também as contribuições do movimento revisionista dos anos 1960-70, que se opôs a versão inicial de tal tese, bem como as contribuições do marxismo, em especial de Leon Trotsky, para se pensar a Revolução Russa.

## ABSTRACT

Monteiro, Marcio Lauria. **Historiografia da Revolução Russa**; A “tese da continuidade” *versus* as contribuições de Leon Trotsky. Orientador: Demian Bezerra de Melo. Rio de Janeiro: UFRJ / IFCS / Departamento de História; 2013. Monografia (Bacharelado em História).

The goal of the present work is to critically analyze some of the central moments of the historiographical debate about the Russian Revolution and the Soviet Union, focusing the so-called “continuity thesis” – both in its sovietological version of the 1940-50s, and in its new and recent form, aligned with the neoliberal revisionism and the elaborations of François Furet. We will also analyze the contributions of the revisionist movement of the 1960-70s, which opposed to the initial form of such thesis, and the contributions of Marxism, especially those of Leon Trotsky, for thinking the Russian Revolution.

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO, 01**

**CAPÍTULO 1 - A TESE DA CONTINUIDADE ONTEM E HOJE, 04**

**1.1. A riqueza e a diversificação das primeiras produções, 04**

**1.2. O consenso soviético e a resposta revisionista, 07**

**1.3. Algumas das contribuições revisionistas, 16**

**1.3.1. Stephen Cohen, 16**

**1.3.2. Marc Ferro, 18**

**1.3.3. Moshe Lewin, 20**

**1.4. O retorno da tese da continuidade e a influência de François Furet, 23**

**1.4.1. François Furet e o revisionismo neoliberal, 24**

**1.4.2. A nova tese da continuidade, 28**

**CAPÍTULO 2 - O MARXISMO COMO ALTERNATIVA, 41**

**2.1. Para além do revisionismo: a necessidade de uma historiografia marxista, 41**

**2.2. A luta de Lenin contra a burocracia: fonte de precedentes analíticos, 46**

**2.3. Leon Trotsky e o Stalinismo enquanto “reação termidoriana”, 51**

**CONCLUSÃO, 63**

**BIBLIOGRAFIA, 64**

## INTRODUÇÃO

“It is often said that ‘the germ of all Stalinism was in Bolshevism at its beginning’. Well, I have no objection. Only, Bolshevism also contained many other germs, a mass of other germs, and those who lived through the enthusiasm of the first years of the first victorious socialist revolution ought not to forget it. To judge the living man by the death germs which the autopsy reveals in the corpse – and which he may have carried in him since his birth – is that very sensible?”

– Victor Serge, *From Lenin to Stalin*, 1937.

A Revolução Russa e a existência da União Soviética são indiscutivelmente temas centrais para a história do século xx. Não à toa, o conhecido historiador britânico Eric Hobsbawm chegou mesmo a utilizar a dissolução da URSS enquanto marco do “término” de tal século<sup>1</sup>. Do desfecho da Primeira Guerra Mundial à situação internacional caracterizada como “Guerra Fria”, passando pelo papel cumprido pela União Soviética na Segunda Guerra Mundial e sua influência (direta e indireta) em uma série de processos políticos ao longo dos seus mais de setenta anos de existência, este foi claramente um dos fenômenos políticos mais importantes do século passado – senão “o” mais importante.

Assim sendo, é compreensível que as análises que suscitou no campo das ditas Ciências Sociais – a História inclusa – tenham sido marcadas por ferrenhas disputas e apaixonados debates. O objetivo do presente trabalho é tratar de alguns aspectos dessas repercussões intelectuais, através do resgate de alguns momentos centrais do debate historiográfico acerca da Revolução Russa e da União Soviética e da análise de determinada produção mais recente. A esta análise historiográfica, acrescentamos também a apresentação de contribuições teóricas e analíticas produzidas por fora dos meios acadêmicos e frequentemente ignorada por eles, a despeito de sua considerável sofisticação e capacidade explicativa.

Por mais diversificada que seja essa produção historiográfica acerca da Revolução Russa, ela é atravessada por um debate em específico, que marcou tal campo de forma profunda nas décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. A base para esse debate partiu da necessidade de compreensão das origens do regime stalinista e seu foco reside na questão da existência ou não de uma continuidade fundamental entre este e os primeiros anos da revolução. Ou, em outras palavras, se ele seria um desenvolvimento lógico

---

<sup>1</sup> Cf. Hobsbawm, E. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991* [1994]. Traduzido por Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

destes anos iniciais. Posto dessa forma, tal debate também abarca a questão do Stalinismo ser ou não uma continuidade do Bolchevismo.

Não foi por acaso que o debate sobre as origens do regime stalinista assumiu contornos que colocavam em seu centro a existência ou não de uma *continuidade*. Essa forma específica surgiu por volta dos anos 1940, principalmente no meio acadêmico dos Estados Unidos, distanciando-se dos debates então vigentes acerca da Revolução Russa e das questões por eles suscitadas. Na década seguinte, a problemática da(s) continuidade(s) já havia atingido posição hegemônica entre acadêmicos norte-americanos e ganhado adeptos em outros países, produzindo-se um verdadeiro consenso a favor de uma tese que advogava a existência de continuidades fundamentais entre o projeto Bolchevique e o Stalinismo, entre Outubro de 1917 e a ditadura dos *gulags*, dos “Processos de Moscou” e de tantas outras atrocidades. Essa interpretação portanto, era fundamentalmente marcada por uma hostilidade ao seu objeto de estudo.

Essa mudança de foco da produção acadêmica acerca da Revolução Russa e da União Soviética se deu justamente, e não à toa, durante o período no qual a chamada “Guerra Fria” se faz mais intensa no sentido de uma disputa de projetos societários, levando as produções historiográficas de caráter acadêmico predominantes a ressoarem uma condenação política do projeto revolucionário bolchevique e daqueles que nele se inspiraram ao longo do século xx.

Tendo atingido uma posição hegemônica nos anos 1950, tal consenso só se dissipou algumas décadas depois, com o advento de estudos baseados em paradigmas diferentes daqueles que o sustentavam. Para tal, foi necessária uma verdadeira batalha de posições por parte dos adeptos das diversificadas perspectivas auto-proclamadas “revisionistas”, que se apresentaram enquanto alternativa e, aos poucos, angariaram aceitação nos meios acadêmicos.

É dessa “tese da continuidade” que trataremos no presente trabalho. Tanto na forma que assumiu em sua gênese, com a criação do campo batizado de *sovietologia*<sup>2</sup> e ancorado no paradigma do *totalitarismo*, quanto em sua reaparição mais recente, sob uma nova roupagem paradigmática e fazendo uso de caminhos analíticos distintos daqueles dos “sovietólogos”.

---

<sup>2</sup> Nas palavras do historiador revisionista norte-americano Stephen Cohen, a sovietologia é uma “deselegante, porém útil, palavra para designar o estudo profissional acerca da União Soviética” (Cf. Cohen, S. *Rethinking the soviet experience – Politics and History since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985, p. 3.). Entretanto, esse termo está intrinsecamente associada a um ramo em específico da historiografia, com seus paradigmas particulares e com uma forte filiação política que a marcou profundamente. Portanto, rejeitamos o sentido mais geral que Cohen a atribui e a utilizaremos no presente trabalho para designar uma historiografia em específico, da qual trataremos no Capítulo 1 e que foi a responsável por produzir a tese da continuidade em sua versão que poderíamos chamar de “clássica” (em contraposição àquela mais atual que analisaremos mais adiante).

Assim como a gênese da *tese da continuidade* se deu em um contexto extremamente politizado, atendendo a necessidades de certos grupos sociais de elaborarem uma narrativa condenatória da Revolução Russa, a tentativa recente de elaboração de uma nova versão de tal tese também se dá na esteira de uma conjuntura de grande polarização política: os anos de ascensão e triunfo do *projeto neoliberal*. Ligando-se ao que se pode chamar de *revisionismo neoliberal* e, nos marcos dos novos paradigmas do pós-modernismo e do relativismo cultural, tal tentativa se constitui enquanto um renovado ataque à experiência revolucionária russa.

Como contraposição a esta tese, resgataremos em nossa análise as diferentes contribuições produzidas pela historiografia “revisionista” dos anos 1960 e 1970, baseadas no difuso campo da História Social e que, com o tempo, suplantaram o consenso originalmente produzido pelos “soviólogos” dentro da historiografia e das Ciências Sociais em geral.

Esse processo de mudança historiográfica que culminou na “vitória” dos revisionistas teve início em meados dos anos 1960 e se consolidou ao longo das duas décadas seguintes, beneficiando grandemente da abertura parcial e gradual dos famosos “arquivos soviéticos”. Apesar da mudança de paradigmas pelas quais passou a historiografia ao fim do século xx, principalmente com o advento do chamado “giro linguístico” e da ascensão de vertentes epistemológicas pós-modernas<sup>3</sup>, encaramos que algumas das contribuições fundamentais desses estudos revisionistas ancorados na História Social se mantêm atuais e retêm sua importância para uma reflexão crítica. Especialmente ante o referido retorno – ainda que por vias diferentes – da velha tese da continuidade, nos marcos do novo revisionismo neoliberal. Dessa forma, encaramos ser importante o resgate das contribuições dos primeiros revisionistas, que se contrapuseram ao consenso soviólogo, principalmente no que tange suas críticas aos antigos defensores dessa tese.

Mas iremos mais além do que um simples panorama de diferentes vertentes historiográficas conflitantes. Conforme nossa análise destas é balizada pela adesão ao marxismo, e, conseqüentemente, possui caráter crítico, também resgataremos análises originadas no campo epistemológico ao qual nos filiamos. Apesar de não ter obtido até hoje um peso expressivo dentro da historiografia acerca da Revolução Russa e da União Soviética, estudiosos que se pautam por uma compreensão marxista da realidade foram capazes, a nosso ver, de produzir sínteses de grande sofisticação.

Mais especificamente, apresentaremos uma síntese das contribuições intelectuais de Leon Trotsky, cujas análises acerca da União Soviética e do fenômeno stalinista (elaboradas

---

<sup>3</sup> Cf. Segrillo, Â. “A historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens”. *Projeto História*, v. 41, dezembro de 2010, pp. 83-85.

em torno de conceitos como “reação termidoriana” e “Estado operário degenerado”) constituem uma poderosa contraposição a tese da continuidade – seja em sua forma soviétóloga ou em sua versão “ressurreta”.

Portanto, mais do que um balanço historiográfico, nosso trabalho constitui uma análise crítica de partes da produção historiográfica pregressa e recente e, acima de tudo, uma tomada de posição em favor de determinadas análises marxistas e, conseqüentemente, da necessidade de uma batalha em seu favor nos meios acadêmicos e intelectuais.

# CAPÍTULO 1

## A TESE DA CONTINUIDADE ONTEM E HOJE

Um breve panorama das produções anteriores ao surgimento da soviologia e do quase que concomitante predomínio da “tese da continuidade” que o acompanhou é suficiente para demonstrar a historicidade dos contornos assumidos pelos estudos soviólogos. Bem como para se ter noção de que uma série de outras questões permeava os escritos produzidos sobre a Revolução Russa antes da consolidação do regime stalinista e da centralidade que assumiu o debate sobre suas origens e possíveis ligações diretas com o projeto revolucionário original dos Bolcheviques.

### 1.1. A riqueza e a diversificação das primeiras produções

Um farto e diversificado material foi produzido logo após a revolução, principalmente de cunho autobiográfico e jornalístico, e que tendia a tomar posições claras quanto aos eventos que relatava. Tal material teve como autores figuras políticas proeminentes, como opositores que se exilaram na Europa e agentes do processo revolucionário, bem como jornalistas que se encontravam em solo russo. Alguns exemplos de tais obras podem ser encontrados em balanços historiográficos, como o realizado pelo historiador Ângelo Segrillo, *Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens*<sup>4</sup>.

Entre as produções de cunho autobiográfico destacou-se, por exemplo, a escrita por Aleksandr Kerensky, Primeiro Ministro derrubado junto com o Governo Provisório pela Revolução de Outubro, e que relata os eventos a partir do ponto de vista de uma experiência que teria sido bruscamente abortada, possuindo um título que é toda uma síntese: “A Catástrofe” (*The Catastrophe*, 1927).

Já entre os materiais de caráter jornalístico, um dos mais difundidos é sem dúvidas o relato do jornalista norte-americano John Reed, “Os dez dias que abalaram o mundo” (*Ten Days that Shook the World*, 1919). Além de ter angariado grande popularidade no mundo anglo-saxão, tal livro foi recebido com bons olhos pelo regime soviético, que o reeditou várias vezes e até mesmo financiou uma adaptação cinematográfica<sup>5</sup>. Baseando-se em suas

---

<sup>4</sup> Cf. Segrillo, Â. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>5</sup> O renomado filme realizado por Sergei Eisenstein e Grigori Aleksandrov, “Outubro” (*Oktyabr'*, 1927).

observações realizadas no principal palco dos eventos revolucionários, Petrogrado, o livro de Reed conta ainda com o contato próximo que este pode ter com figuras de destaque dos principais agrupamentos envolvidos nas disputas políticas de então e se configura enquanto um relato entusiasmado de um defensor da revolução.

Outro jornalista que atingiu considerável destaque por seus relatos *in loco* foi o correspondente do periódico britânico *The Guardian*, Morgan Philips Price. Price teve opiniões mais ambíguas do que as de Reed acerca da revolução, tendo mudado seu juízo sobre ela alguns vezes enquanto escrevia seus relatos e análises. Estes foram produzidos principalmente a partir de observações realizadas nas províncias, proporcionando assim um ponto de vista alternativo ao de outros correspondentes alocados nos centros urbanos de maior peso. Na abertura de uma coletânea de escritos seus, organizada por sua filha em 1998, Eric Hobsbawm se referiu a tal material como “um importante suplemento à História da Revolução Russa e um corretivo útil para a reação pós-soviética contra ela”<sup>6</sup>.

Ao mesmo tempo em que esse tipo de material era produzido, desde a Rússia alguns historiadores de formação realizaram pesquisas, ainda no calor dos acontecimentos, acerca do evento que vivenciavam. Entre estes se destacou Mikhail Pokrovsky, ligado ao Partido Bolchevique. Mas ele esteve longe de ser o único, inclusive porque o próprio partido investiu na promoção de espaços de difusão, como periódicos científicos, para a produção então em curso de uma “História do Tempo Presente *avant la lettre*”, como apropriadamente a nomeou Segrillo<sup>7</sup>.

Mas não foram apenas os historiadores de formação que produziram obras até hoje valorizadas por sua rigorosidade e capacidade analítica. Podemos citar aqui o exemplo de Leon Trotsky, membro do Partido Bolchevique diretamente envolvido nos eventos revolucionários de 1917 e que publicou uma “História da Revolução Russa” em três volumes, na qual buscou aliar o relato da revolução a uma compreensão das especificidades históricas e estruturais por detrás do desenvolvimento russo (*Istoriya Russkoi Revolyutsii*, 1930). Nessa vertente também se encontram as diversas obras de Victor Serge, entre as quais se destacou “O ano um da revolução russa” (*L’an I de la révolution russe*, 1930).

Além desses tipos de materiais, é impossível não mencionar os diversos escritos propriamente políticos que trataram de defender ou criticar o processo revolucionário, como os incisivos “A revolução russa - Uma avaliação crítica”, de Rosa Luxemburgo (*Die russische*

---

<sup>6</sup> Hobsbawm, E. “Foreword”. In: PRICE, M. *Dispatches from the Revolution: Russia 1916-1918* (Ed. Tania Rose). Durham: Duke University Press Books, 1997, p. xii.

<sup>7</sup> Segrillo, Â. *Op. cit.*, p. 66.

*Revolution - Eine kritische Würdigung*, 1918), “A ditadura do proletariado”, de Karl Kaustsky (*Die Diktatur des Proletariats*, 1918) e a resposta de Lenin a este, “A ditadura do proletariado e o renegado Kautsky” (*Proletarskaya revolyutsiya i renegat Kautsky*, 1918).

Pode-se vislumbrar, portanto, a riqueza que permeou a nascente produção (historiográfica ou não) acerca da Revolução Russa e daquilo que viria a ser a União Soviética. Percebe-se que, nesse primeiro momento, foi marcante a atuação de agentes variados e a produção de tipos diferentes de materiais – que iam de relatos jornalísticos e de materiais que hoje seriam encarados como peças de “memória” à produções realizadas por historiadores de formação, passando por análises de fôlego escritas por personagens diretamente envolvidos nos eventos por eles analisados.

Quanto à sua temática, esse verdadeiro *boom* de escritos que se seguiram a 1917 tinha como tema principal o processo revolucionário propriamente dito. Essas obras buscavam analisá-lo a partir de perspectivas e recortes variados e almejavam, a um só tempo, tecer uma narrativa factual aliada a análises do que teria causado e possibilitado as Revoluções de Fevereiro e de Outubro. E, não raro, assumiam claras posições de condenação ou defesa desses processos e de seus principais agentes políticos.

É de se considerar, portanto, que houve uma significativa perda quando essa riqueza presente na produção dos anos 1920 e 1930 deu lugar, nas décadas seguintes, ao que o Stephen Cohen nomeou de “consenso acadêmico”, ao fazer um balanço historiográfico de grande importância para a compreensão dos contornos que a soviétologia assumiu após a Segunda Guerra Mundial, no auge da Guerra Fria. Foi nesse momento que o estudo da Revolução de Outubro e da formação social por ela gerada ganhou maior espaço na academia e foi batizado de “soviétologia”, passando a predominar nos estudos produzidos a questão a qual aludimos anteriormente, acerca da existência ou não de uma continuidade fundamental.

## **1.2. O consenso soviétólogo e a resposta revisionista**

No balanço em questão, presente no que se pode considerar enquanto uma obra-síntese da produção historiográfica de Cohen, *Rethinking the Soviet Experience – Politics & History Since 1917* (1985), tal historiador traça aquelas que encara serem as principais características desse “consenso”, cuja base epistemológica seria o paradigma totalitarista. Tal paradigma, cuja origem indigna remonta ao seio do movimento fascista italiano e que foi popularizado

enquanto categoria analítica por Hannah Arendt<sup>8</sup>, pautou a maior parte da produção acadêmica acerca da União Soviética entre o final década de 1940 e o começo dos anos 1960, quando começou a perder força, tendo sido em grande parte abandonado no início dos anos 1970<sup>9</sup>.

Em oposição ao consenso soviétólogo, tomou forma em meados da década de 1960 um campo um tanto quanto difuso, mas unido por algumas linhas gerais em comum, que ficou conhecido como “revisionista”. Cohen não só se reivindica como parte deste<sup>10</sup>, como *Rethinking the Soviet Experience* é muitas vezes tida como uma obra de referência para se compreender tal vertente e a sua “adversária” soviétóloga (ou “totalitarianista”, uma vez que Cohen enxerga a soviétologia como um campo de estudos, e não uma escola historiográfica<sup>11</sup>).

Na avaliação de tal historiador, um dos debates que mais marcaram a soviétologia era a avaliação da relação entre Bolchevismo e Stalinismo<sup>12</sup> pois, da resposta a essa questão, teria resultado uma série de desdobramentos ao nível da interpretação dos fatos ocorridos entre os primeiros anos de vida do Partido Bolchevique e o regime que se consolidou nos anos 1930<sup>13</sup>.

Frente ao desafio analítico apresentado por essa questão, os soviétólogos, aplicando o paradigma totalitarianista, se distanciaram consideravelmente da sofisticação e multiplicidade de interpretações presentes nos estudos desenvolvidos nas décadas de 1930 e 1940, tendo “eliminados de seu próprio objeto tudo de diverso e problemático”<sup>14</sup>. Ao encarar que os ricos eventos dos anos 1920 constituíram tão somente uma ante-sala do Stalinismo, ou um Stalinismo ainda não totalmente desenvolvido/implementado, essa vertente historiográfica estabeleceu a suposta existência de uma continuidade ininterrupta (*an unbroken continuity*) na história da União Soviética e no processo da Revolução de Outubro como sendo um dos principais pilares do “consenso” por ela gerado no meio acadêmico<sup>15</sup>.

Essa “tese da continuidade” da qual estamos tratando, alicerçou de forma quase que manualesca os trabalhos produzidos sob o paradigma totalitarianista, gerando assim uma

---

<sup>8</sup> O uso original do termo remete às críticas do liberal italiano Giovanni Amendola ao movimento liderado por Benito Mussolini. Os fascistas italianos, entretanto, o adotaram rapidamente enquanto síntese de sua proposta política. Mais tarde, Arendt o recuperou e o transformou em categoria analítica, em *The Origins of Totalitarianism* (1951), que logo se tornou uma referência padrão para os soviétólogos.

<sup>9</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, pp. 3 e 27)

<sup>10</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, Preface.

<sup>11</sup> Quanto a essa questão, cf. nota 2.

<sup>12</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 38.

<sup>13</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 53.

<sup>14</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 7.

<sup>15</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 43-44.

narrativa comum aos seus adeptos. Em dada ocasião, o historiador marxista Kevin Murphy sintetizou essa narrativa-padrão da seguinte forma:

[...] These accounts typically began by holding up Lenin's *What Is to Be Done?* as an embryonic dictatorial blueprint, fully developed well before the Revolution. From here it was but a short step to the assertion that a conspiratorial minority had seized power in 1917 through a coup d'état, monopolized the state for its own purposes, and created the totalitarian party-state. Through iron discipline and brutal terror, the Bolsheviks subsequently prevailed in the civil war of 1918-1921, but the exhausted victors were forced to retreat temporarily during the New Economic Policy (NEP, 1921-1928). Driven by ideological zealotry, the thesis concludes, the totalitarian machine then proceeded to pulverize society. State-imposed collectivization, forced rapid industrialization, and mass terror are thus viewed as organic elements in an inevitable process driven by the Bolsheviks' inner totalitarian logic.<sup>16</sup>

Analisando a tese da continuidade estabelecida pelos soviólogos, Cohen os acusou de serem orientados por um “determinismo monocausal”, uma vez que reduziam os eventos da história soviética a consequências diretas das ações e desejos das lideranças do Partido Bolchevique, imputando, assim, um caráter de inevitabilidade à História<sup>17</sup>. Por detrás desse determinismo, residiria um método analítico que avaliava “o passado nos termos do presente, os antecedentes nos termos dos resultados”<sup>18</sup>, possuindo assim caráter verdadeiramente teleológico.

Além disso, os soviólogos entendiam a formação social soviética, em todos os seus aspectos, como um “monólito” do ponto de vista político e cultural. Consequentemente, estes não viam prejuízo em centrar suas análises nos chamados “estudos de regime” (em contraposição a “estudos sociais”), tendo por objeto principal a política formal da alta cúpula do Partido Bolchevique e do Estado, que era utilizada para interpretar a história soviética como um todo<sup>19</sup>.

Tais características marcaram as análises soviológicas com uma perspectiva consideravelmente ahistórica, a partir da qual seus adeptos se tornaram incapazes de integrar a elas as diversas mudanças que marcaram o Partido Bolchevique e o regime soviético ao longo das primeiras décadas da nova formação social inaugurada pela revolução<sup>20</sup>. Em síntese, para

---

<sup>16</sup> Murphy, K. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Oxford: Berghahn Books, 2005, p. 2. Essa síntese é muito semelhante a que o próprio Cohen havia feito em sua obra aqui tratada (Cohen, S. *Op. cit.*, pp. 5-6). Demos preferência à citação de Murphy por ser ela consideravelmente mais curta, sem apresentar perdas para a nossa exposição.

<sup>17</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, pp. 43-44.

<sup>18</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 52.

<sup>19</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, pp. 23-24.

<sup>20</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 23.

mais uma vez recorrermos às palavras de Cohen, “preconceitos cegos, rótulos, imagens, metáforas e teleologia assumiram o lugar de explicações reais”<sup>21</sup>.

Ao comentar sobre esse paradigma totalitarista que balizava os estudos soviéticos e que, anteriormente, fora muito utilizado para se analisar os fenômenos fascistas (o nazismo alemão em especial)<sup>22</sup>, o historiador português Manuel Loff resumiu a questão de seus significados conceitual e social da seguinte forma:

[...] a *teoria do totalitarismo* propunha uma explicação da mudança social radical e da mobilização social das massas nas sociedades contemporâneas como fenômenos necessariamente explicáveis pela manipulação deliberada, calculada, arquitectada por grupos políticos que se autodescrevem como *vanguardas*.

Esta creio ter sido a maior vitória intelectual dos neoliberais dos anos '50, herdada pelos seus correligionários do último quarto do século XX: ler os processos de mudança sociopolítica impulsionados pela participação das massas como jogos de manipulação de verdadeiros profissionais da subversão política, lançando, assim, a suspeita sobre a espontaneidade, a representatividade real de toda a mobilização sociopolítica. Lida a realidade desta forma, as únicas formas de mudança social não artificiais, designemo-las assim, seriam produto de longos processos de mudança, suficientemente longos para resultarem de complicados processos de negociação entre sectores das elites políticas e sociais, uns mais conservadores, outros mais reformistas, cujos produtos finais seriam, portanto, sempre consensuados com os grupos dominantes no momento em que tais processos teriam o seu início. [...]<sup>23</sup>

Assim, mais do que um mero paradigma problemático do ponto de vista metodológico e teórico, a compreensão da realidade social centrada na categoria de “totalitarismo” estava diretamente vinculada a certa visão apologética da política, que colocava as democracias burguesas ditas ocidentais como o patamar mais elevado e correto do fazer político, contrapondo-se a projetos de transformação centrados na autonomia e agência das grandes massas. Mais adiante, ao tratarmos das tentativas recentes de restabelecer uma “tese da continuidade” na historiografia da Revolução Russa e da União Soviética, tomaremos tal discussão de forma mais aprofundada.

Por hora, cabe questionarmos como foi possível, frente a todos esses elementos problemáticos que constituíam as análises soviéticas, que suas conclusões tenham se

---

<sup>21</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 6.

<sup>22</sup> Para uma detalhada crítica de sua aplicação no caso dos estudos do fascismo/nazismo, cf. Paxton, R. *Anatomia do Fascismo*. Traduzido por Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007, pp. 345-350, para quem “A imagem totalitária pode evocar de forma poderosa os sonhos e as aspirações dos ditadores, mas, na verdade, prejudica o exame da questão de importância mais vital, ou seja, com que eficiência os regimes fascistas conseguiram se encaixar nas sociedades, em parte submissas e em parte recalcitrantes, governadas por eles.” (*Id.*, *ibid.*, p. 350).

<sup>23</sup> Loff, M. “*Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução*”. *História & Luta de Classes*, n. 12, setembro de 2011, pp. 8-9. Grifo do original.

estabelecido por mais de duas décadas enquanto o consenso historiográfico do período. Para tal, é necessário situá-la na conjuntura política da época e no seu local de origem, os Estados Unidos.

O paradigma totalitarista e tese da continuidade, que combinados traçavam um perfil absolutamente negativo da União Soviética e do comunismo em geral só puderam se tornar hegemônicos entre os estudos acadêmicos graças à possibilidade de sua instrumentalização política, uma vez que serviam de sustentáculo à política externa dos governos norte-americanos que operaram segundo a lógica da “Guerra Fria”, bem como do discurso oficial anticomunista. Estes elementos conjunturais eram iconicamente expressos na ação de instituições como o “Comitê de Atividades Antiamericanas” (órgão da *House of Representatives*, uma das duas câmaras do Parlamento norte-americano) e em toda a histeria e perseguições públicas promovidos por políticos como o senador Joseph McCarthy ao longo da década de 1950.

Frente a esse contexto, a soviétologia tornou-se um campo de estudos extremamente importante para o *stablishment* norte-americano, que a alimentou com generosas verbas. Os soviétólogos obtiveram grandes financiamentos para suas pesquisas junto ao governo e a diversas corporações capitalistas nas décadas de 1950 e 1960, dentre elas as Fundações Ford e Rockefeller<sup>24</sup>. Comentando acerca desse contexto mais geral que abarcava a soviétologia e também outras áreas, o historiador Josep Fontana afirmou que

[...] Nunca houve uma associação tão íntima entre os historiadores e o poder como a que se estabeleceu nestes anos. Historiadores acadêmicos de prestígio trabalharam para o governo – alguns em cargos importantes como Schlesinger, Kennan ou Rostow –, primeiro na OSS [Office of Strategic Services], depois na CIA [Central Intelligence Agency], no Departamento de Estado ou em instituições controladas por estes.<sup>25</sup>

Aos historiadores cabia, agora, não apenas defender os valores sociais estabelecidos, função que tradicionalmente haviam realizado, mas também abrir a sociedade norte-americana ao novo papel de protagonista no cenário mundial que o país, tradicionalmente isolacionista, havia assumido. [...]<sup>26</sup>

Concomitante à promoção e ao financiamento de estudos marcadamente anti-soviéticos, aqueles acadêmicos que assumiam posições críticas e dissidentes frente ao consenso estabelecido (e imposto) corriam o risco de perseguições diretas ou indiretas, que

---

<sup>24</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, pp. 3-4, 10 e 16.

<sup>25</sup> Fontana, J. “As guerras da história”. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, pp. 347-348.

<sup>26</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 349.

podiam ir desde a exclusão de redes de favoritismo acadêmico até a demissão em momentos de “caça às bruxas”, chegando à prisão em casos extremos<sup>27</sup>.

Assim, essa interferência no campo de estudos por parte de forças sociais objetivamente interessadas em uma oposição à (e mesmo na destruição da) União Soviética imprimiu à soviétologia um forte matiz anticomunista. Dessa forma, Cohen encara que a soviétologia foi levada à produção de estudos cujo objetivo eram gerar “explicações” para o comunismo ser algo necessariamente mal (*evil*) ou “demonstrações” de que tal maldade permeava todo e qualquer momento da história soviética<sup>28</sup>. Nesse sentido, o historiador Ângelo Segrillo, em seu já citado balanço historiográfico, denominou tal vertente de estudiosos como “*cold warriors*”<sup>29</sup> – nomenclatura mais do que adequada para se referir a verdadeiros combatentes da Guerra Fria a serviço da política do governo norte-americano, tais como os historiadores Richard Pipes e Robert Conquest (talvez os mais conhecidos soviétólogos, cujos cargos em órgãos governamentais foram um “complemento” central de suas carreiras acadêmicas).

Mas, apesar da hegemonia angariada pela escola totalitarista nos meios acadêmicos norte-americanos e da difusão que seus membros mais proeminentes obtiveram fora do país, influenciando profundamente os estudos historiográficos da época, alguns estudiosos dissidentes conseguiram se destacar sem compartilhar desse consenso *made in USA*. Foi o caso, por exemplo, do historiador polonês erradicado na Inglaterra, Isaac Deutscher. Deutscher conseguiu uma visibilidade considerável com sua primeira obra, uma biografia de Stalin (*Stalin: A political biography*, 1949), após a qual continuou a produzir materiais sobre a União Soviética – como sua conhecida biografia de Trotsky em três volumes, publicados entre 1954 e 1963. Vale ressaltar que Deutscher não só não compartilhava dos pontos que unificavam os totalitaristas, como era um marxista declarado, baseando-se, portanto em paradigmas extremamente diferentes daqueles dominantes no meio acadêmico de então.

Outro historiador que obteve grande destaque no campo da soviétologia sem fazer parte da escola totalitarista foi o britânico E. H. Carr, autor de uma monumental “História da Revolução Russa” em quatorze volumes, amplamente citada até hoje (*A History of Soviet Russia*, 1950-1978).

Obviamente não foi um acaso que estes historiadores, bem como alguns outros que poderíamos aqui incluir, tenham se formado e produzido *fora* dos Estados Unidos. Entretanto,

---

<sup>27</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 18.

<sup>28</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 14.

<sup>29</sup> Segrillo, Â. *Op. cit.*, pp. 73-74.

se nessa época havia no dito “ocidente” escasso espaço para produções historiográficas sofisticadas, a situação dentro da União Soviética não era muito diferente daquela nos EUA – exceto por uma *inversão* de paradigmas. Tal qual ocorrera no “ocidente”, uma produção inicialmente rica e diversificada acabou por dar lugar a um consenso baseado em análises rasas e explicações simplificadoras, cujo maior símbolo era o manual “oficial” do regime, a “História do Partido Comunista de Toda a União (bolchevique) - Breve Curso” (*Kratkii Kurs*, 1938).

Conforme apontou o já mencionado Kevin Murphy, a produção acadêmica soviética da época em questão pode ser considerada enquanto o reverso da moeda da escola totalitarista:

[...] The depiction of the steady and heroic march of the Soviet people from 1917 toward Communism under the leadership of the party was an inverted image of the “Original Sin” version put forward by Western academic. Soviet scholars advanced linear accounts purged of contingency, in which alternative political strategies and possibilities were trivialized or completely ignored, and which depicted ordinary Soviet citizens as passive followers of the dictates of an unerring party.<sup>30</sup>

\*\*\*

Mas o domínio da escola totalitarista, apesar de prolongado, não passou incólume às mudanças conjunturais ocorridas em fins da década de 1950. Conforme aponta Cohen, a mudança nas relações diplomáticas entre o governo norte-americano e a União Soviética pós-Stalin (por vezes nomeada de *détente*), bem como os conflitos que marcaram o chamado “Bloco Socialista” (a ruptura sino-soviética e os diversos conflitos no Leste Europeu, marcadamente a Revolução Húngara de 1956), abalaram consideravelmente as certezas tecidas pelo “consenso acadêmico” soviétólogo<sup>31</sup>. A esses elementos conjunturais podemos ainda adicionar o enorme abalo gerado no próprio movimento comunista internacional por conta do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com a revelação do chamado “Relatório Khrushchev” (1956).

Em síntese, durante um mesmo período de tempo relativamente curto, vieram à tona para os observadores externos (ao menos àqueles dispostos a enxergar) a diversidade de projetos presentes no interior do que antes era considerado um monólito, enquanto o governo norte-americano alterava para tons menos hostis as suas relações diplomáticas com aquilo que a propaganda oficial até então veiculava como a verdadeira encarnação do mal.

---

<sup>30</sup> Murphy, K. *Op. cit.*, p. 2.

<sup>31</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, p. 28.

Assim, não só a conjuntura política passou por uma mudança considerável, como uma grande quantidade de possíveis novas fontes surgiu para aqueles dispostos a confrontarem as análises até então hegemônicas. Nas palavras de Cohen, “realidades multicoloridas [...] colidiram cada vez mais com os estereótipos cinzas da soviétologia”<sup>32</sup>.

No momento em que ocorriam essas mudanças responsáveis pela alteração da conjuntura da “Guerra Fria”, uma nova geração de acadêmicos iniciou seus trabalhos historiográficos, operando assim sob um contexto bem diferente daquele de seus antecessores totalitaristas. Esse contexto foi marcado, segundo Cohen, acima de tudo por uma maior liberdade em relação às restrições impostas pela “Guerra Fria” e também pela oportunidade de participação em programas de intercâmbio que permitiam a ida à União Soviética, criados em 1958<sup>33</sup>.

Dessa leva de novos acadêmicos é que surgiu a escola “revisionista”, que se caracterizou fundamentalmente pela empreitada de desconstrução do consenso previamente dominante e pela sua substituição por estudos mais sofisticados e diversificados. Foi nesse novo momento historiográfico que destacaram historiadores como Moshe Lewin, Ronald Suny, Marc Ferro, Alexander Rabinowitch e o próprio Stephen Cohen, dentro tantos outros.

A principal marca de seus escritos, em contraposição à escola totalitarista, foi a valorização de uma “história vista de baixo”, alicerçada em pesquisas arquivísticas<sup>34</sup>. Pesquisas estas guiadas por uma compreensão não determinista, que por vezes se mostrou capaz de apreciar o devido lugar na História das possibilidades não realizadas, e que levava em conta a existência de múltiplas causalidades.

Paralelamente, também na União Soviética, o consenso predominante encontrou resistências sob o novo clima de relativa distensão da perseguição e apertado controle político, dando espaço para estudos que fugiam àquilo até então imposto pelos manuais<sup>35</sup>. É nesse contexto que iniciaram suas respectivas produções historiográficas alguns dos autores mais tarde valorizados pelos revisionistas “ocidentais”, como o amplamente citado Roy Medvedev.

A nosso ver, a principal contribuição do esforço revisionista foi ter refutado, desde pesquisas empiricamente alicerçadas, os principais pilares da escola totalitarista, que se baseava largamente em especulações escoradas na dificuldade de acesso aos arquivos “oficiais” produzidos pelo Estado soviético. A falta de acesso à fontes primárias ligadas a

---

<sup>32</sup> *Id. Ibid.*, p. 29.

<sup>33</sup> *Id. Ibid.*, p. 29.

<sup>34</sup> Cf. Segrillo, Â. *Op. cit.*, p. 75.

<sup>35</sup> *Id. Ibid.*, pp. 86-87.

assuntos demográficos, econômicos, culturais e mesmo a questões do dia a dia (como atas de reuniões dos mais variados tipos de organismos coletivos, por exemplo) e ainda dos variados órgãos de segurança e inteligência do governo, criou uma enorme margem para todo tipo de abstrações. Margem essa que foi largamente aproveitada pelos soviétólogos e adeptos do consenso totalitarista em geral, que buscaram preencher as “lacunas” existentes com seu paradigma simplificador e extremamente apriorístico.

Na contramão dessa abordagem, os revisionistas contestaram a visão da formação social soviética enquanto monólito, fundamental ao conceito de “totalitarismo”, bem como a tese da continuidade, segundo a qual o regime stalinista seria o fim lógico do projeto bolchevique. A partir de seus estudos, os historiadores revisionistas apresentaram ao meio acadêmico interpretações alternativas e mais sofisticadas para se pensar o Stalinismo enquanto um fenômeno histórico, fruto de condições muito mais diversas do que pressupunha o determinismo monocausal predominante nos estudos soviétólogos.

No lugar da narrativa padrão – segundo a qual uma linha reta partia da publicação de *Que Fazer?* e chegava aos *gulags*, fazendo um pequeno “desvio de percurso” durante o período na NEP, esses trabalhos trouxeram à tona a questão das *alternativas históricas*. Dessa forma, buscaram entender as diferentes causalidades por trás do surgimento do Stalinismo, incluindo aí quais outros projetos teriam fracassado ante a sua vitória. Seus trabalhos também incluíram a tentativa de compreensão das especificidades de cada um dos momentos que marcaram a Rússia revolucionária antes da década de trinta, buscando analisar a tomada do poder, o “comunismo de guerra” e a NEP a partir de suas próprias especificidades, ao invés de tentar encaixá-los em uma narrativa teleológica onde todo e qualquer evento fazia parte de um plano que teria no regime stalinista sua concretização final.

Nesse sentido, as produções revisionistas, apesar de sua multiplicidade de conclusões e linhas de análise, tenderam a chegar a alguns pontos de convergência, criando assim seu próprio “consenso”, contraposto àquele da soviétologia. Esses pontos foram sobretudo o reconhecimento de uma diferença fundamental entre Bolchevismo e Stalinismo, bem como entre os primeiros momentos da nascente formação social soviética e o regime que se consolidou em meados da década de 1930 – a refutação, portanto, da *tese da continuidade*.

Outros pontos importantes dessa convergência entre os revisionistas incluíam a refutação da Revolução Russa como sendo tão somente um golpe de Estado orquestrado por uma minoria de fanáticos, como costumavam defender os totalitaristas, e a suposição (por vezes não tão embasada em análises de fontes) de que, no lugar de uma repressão brutal,

haveria um considerável apoio popular ao regime Stalinista<sup>36</sup> – a refutação, portanto, da caracterização da formação social soviética enquanto um *monólito totalitário*.

Apesar dessas conclusões terem sido comuns a muitos estudos revisionistas, elas partiam de análises diferentes, por vezes excludentes entre si. Acreditamos que tais análises contêm muitas contribuições importantes, mas nem por isso as reivindicamos integralmente. Ao contrário, apresentaremos mais adiante aquilo que acreditamos ser a alternativa teórica que, complementada com as contribuições produzidas no meio acadêmico a partir da segunda metade do século xx, se torna um avançado instrumento de análise da história soviética. Vamos, então, a alguns exemplos dessas análises revisionistas, bastante inovadoras em seu tempo.

### **1.3. Algumas das contribuições revisionistas**

#### **1.3.1. Stephen Cohen**

Stephen Cohen, que utilizamos aqui como referência para resumir os debates acadêmicos do pós-guerra, atuou principalmente no sentido de resgatar algumas das alternativas históricas suprimidas pela vitória do Stalinismo. Seu trabalho se deu particularmente no sentido de restaurar a importância de Nikolai Bukharin enquanto teórico de destaque dentro do Partido Bolchevique e durante os primeiros momentos da história soviética. Das suas pesquisas acerca de Bukharin, Cohen concluiu que existem diferenças fundamentais entre Bolchevismo e Stalinismo. Sua caracterização do Stalinismo enquanto fenômeno político estabelece como sua principal marca distintiva o “excesso” e o “extremismo”, que teriam se mantido enquanto sua própria essência independentemente das diversas mudanças pelas quais ele passou<sup>37</sup>.

Em relação ao Partido Bolchevique e ao regime soviético, Cohen aponta para uma considerável mudança ocorrida em suas estruturas, em concordância com as considerações que já haviam sido realizadas pelo historiador revisionista Robert Tucker. Estas teriam passado de um sistema de “ditadura partidária caracterizada por uma política de liderança oligárquica dentro do partido governante”, para uma “ditadura pessoal”<sup>38</sup>.

---

<sup>36</sup> No que concerne essa suposição em particular, estudos mais recentes vieram a contestá-la a partir de pesquisas arquivísticas. Exemplo disso é a obra do já citado historiador marxista, Kevin Murphy, *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in A Moscow Metal Factory*.

<sup>37</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.* p. 48.

<sup>38</sup> *Id., ibid.*, p. 54.

A interpretação de Cohen do Stalinismo enquanto uma descontinuidade em relação ao Bolchevismo se baseia em uma análise que encaramos bastante problemática, e para a qual apresentaremos uma alternativa mais adiante, ao tratarmos das contribuições do marxismo. Resumidamente, este encara que a coletivização forçada da terra, realizada entre 1928 e 1929 e costumeiramente chamada pelos revisionistas de uma “revolução pelo topo” (*revolution from above*), teria sido o ponto de virada a partir do qual se consolidou a ruptura definitiva do Stalinismo em relação ao Bolchevismo: “Esses anos de ‘revolução pelo topo’ foram, historicamente e programaticamente, o período de nascença do Stalinismo. A partir dessa primeira grande descontinuidade outras iriam se seguir”<sup>39</sup>.

Mas essa descontinuidade não se daria tanto pelos métodos utilizados, e sim pelo programa. Para Cohen, a ruptura com o projeto da NEP seria a marca maior da descontinuidade, uma vez que o programa defendido por Lenin seria aquele de um “capitalismo de Estado” que evoluiria gradualmente para o socialismo<sup>40</sup>. Dessa forma, Cohen encara que as teses de Bukharin seriam as que melhor representavam a continuidade do Bolchevismo, indicando inclusive que todas as outras propostas, como aquelas de Trotsky e Evgeny Preobrazhensky, se colocavam nos marcos da continuidade da NEP<sup>41</sup>.

Além da incompreensão acerca do programa econômico original da Oposição de Esquerda (um dos grupos que compuseram a Oposição Unificada em 1926), formulado por Trotsky, Preobrazhensky e outros quadros bolcheviques, essa análise de Cohen demonstra certo desconhecimento acerca da evolução do pensamento de Lenin.

Se, por um lado, é verdade que, por volta de 1918, Lenin tentou formular um conceito de “capitalismo de Estado” com o intuito de dar conta de explicar como se daria a transição da União Soviética para o socialismo na conjuntura de isolamento internacional e baixo desenvolvimento das forças produtivas na qual ela se encontrou ao fim da guerra civil, por outro, esse conceito foi posteriormente abandonado, por volta de 1920<sup>42</sup>.

Não é nossa intenção adentrar aqui no complexo debate acerca dos diferentes projetos defendidos pelos quadros do Partido Bolchevique durante os primeiros anos da nova formação social soviética – este pode ser facilmente encontrado em diversas obras. O que buscamos ressaltar foi que, apesar de suas limitações e equívocos, Cohen foi capaz de elaborar uma análise alternativa à monocausalidade determinista que sustentava a narrativa-

---

<sup>39</sup> *Id., ibid.*, p. 62.

<sup>40</sup> Cf. *Id., ibid.*, p. 58.

<sup>41</sup> Cf. *Id., ibid.*, pp. 60-62.

<sup>42</sup> Cf. Moshe, L. *Lenin's Last Struggle* [1967]. Tradução de A. M. Sheridan Smith. 4ª ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008, pp. 26-28.

padrão produzida pela escola totalitarista acerca da história soviética e agentes importantes como o Partido Bolchevique em geral e suas lideranças em particular. Vejamos, então, algumas outras contribuições.

### **1.3.2. Marc Ferro**

Entre os revisionistas cujos trabalhos obtiveram maior visibilidade consta o francês Marc Ferro, cuja obra de maior destaque foi “A Revolução de 1917”, publicada em dois volumes (*La Révolution de 1917*, 1967). Os estudos realizados por Ferro acerca da Revolução Russa e da União Soviética são um bom exemplo de uma perspectiva de história “vista de baixo”. A partir deles, tal historiador contrapôs à tese da continuidade o reconhecimento de dois momentos qualitativamente diferentes na história soviética: um primeiro, marcado pela ampla participação popular, e um segundo, no qual esta teria dado lugar ao domínio de uma burocracia governante.

Em uma síntese produzida em 1980, *Dos soviets à burocracia*, Ferro detalha os diferentes organismos de poder criados pelas massas russas no calor de suas lutas políticas – e que eram, em grande parte, inspirados na experiência prévia de 1905. Ferro chamou a atenção para a existência de uma série de outros organismos para além dos conhecidos *soviets* (os “Conselhos de Deputados”), como os Comitês de Bairro, os Comitês de Greve, as diversas variantes de milícias operárias e, principalmente, os Comitês de Fábrica. Organizações essas que, ao atingirem expressividade, acabaram por gerar uma situação de “duplo poder”, uma vez que acabaram por se tornar fontes paralelas de poder político – muitas vezes contrapostas às decisões do Governo Provisório<sup>43</sup>.

A partir do estudo de alguns desses organismos, Ferro ressaltou a espontaneidade que por vezes se fez presente em seu surgimento, o que contradiz a interpretação canônica presente no consenso acadêmico das décadas anteriores, segundo a qual a revolução teria sido sobretudo obra de uma minoria maquiavélica sem respaldo das massas.<sup>44</sup>

Porém, se Ferro se afasta do consenso totalitarista ao reconhecer o papel das massas, em especial da classe proletária enquanto sujeito histórico dotado de consciência e iniciativa

---

<sup>43</sup> Cf. Ferro, M. *Dos soviets a burocracia* [1980]. Traduzido por Cláudio Nascimento. Porto Alegre: Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, 1988, PP. 13-21.

<sup>44</sup> O principal historiador revisionista a contrapor tal tese soviétóloga a partir de uma densa pesquisa arquivística foi Alexander Rabinowitch, em sua obra “Prelude to Revolution – The Petrograd Bolsheviks and the July 1917 Uprising” (1968). Recentemente, tal historiador atualizou suas análises em uma obra de fôlego. Cf. Rabinowitch, A. *The Bolsheviks Come to Power. The Revolution of 1917 in Petrograd*. Chicago: Haymarket Books, London: Pluto Press, 2004.

próprias, ele se aproxima daquele em sua avaliação no que diz respeito ao papel do Partido Bolchevique no processo de burocratização do regime revolucionário.

Em sua análise “vista de baixo”, Ferro busca contrapor a atuação dos sindicatos e também dos partidos em geral a essa espontaneidade das massas, estabelecendo entre esses agentes uma dicotomia direta<sup>45</sup>. Se essa contraposição é demonstradamente válida para organizações como o agrupamento Menchevique, em relação a outras ela contradiz alguns dos dados citados pela próprio historiador – nomeadamente, em relação ao Partido Bolchevique. Apesar das algumas generalizações e amálgamas que Ferro produz em relação aos partidos, falando deles em geral por diversas vezes, este reconhece que os Bolcheviques “simpatizavam” com os diversos comitês criados pelos trabalhadores<sup>46</sup>.

Na realidade, entretanto, estes expressavam mais do que uma mera “simpatia” pelos órgãos de dualidade de poder, como o demonstra o peso da presença de delegados bolcheviques na composição de alguns dos congressos nacionais e regionais desses comitês, bem como documentos citados pelo próprio Ferro, em que lideranças bolcheviques, como Grigori Zinoviev, defendiam abertamente o controle operário das empresas por parte dos comitês de fábrica e sindicatos<sup>47</sup>.

Sem resolver essa contradição entre sua análise e os dados que apresenta, Ferro busca demonstrar o suposto papel dos Bolcheviques enquanto os responsáveis diretos pela burocratização. De proponentes e defensores diretos da dualidade do poder<sup>48</sup>, estes teriam passado a seus maiores inimigos: “quando, desde outubro, os soviets de deputados e os sindicatos foram dominados pelos bolcheviques, os próprios bolcheviques se voltaram contra as instituições populares autônomas”<sup>49</sup>. Para Ferro isso teria ocorrido porque “o surgimento e a extensão de um poder popular autônomo punha em causa a autoridade das instituições tipo **partido e sindicato**”<sup>50</sup>.

A partir dessa oposição, Ferro defende que teria se desenvolvido um duplo processo de burocratização, ocorrido tanto “pelo alto”, quanto “por baixo”. Entretanto, os dados por ele apresentados mais uma vez contradizem as suas conclusões, apesar de apontarem para uma

---

<sup>45</sup> Cf. *Id., ibid.*, pp.19 e 20.

<sup>46</sup> Cf. *Id., ibid.*, p. 21.

<sup>47</sup> Cf. *Id., ibid.*, p. 21.

<sup>48</sup> Expressa na famosa consigna “toda poder aos soviets”, lançada por Lenin em suas *Teses de Abril* de 1917 e aprovadas pelo Partido em uma Conferência Extraordinária realizada no mesmo ano. Cf. Getzler, I. “Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, p. 37.

<sup>49</sup> Ferro, M. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>50</sup> *Id., ibid.*, p. 24. Grifo do original.

*tendência* de aumento da dependência das massas nas organizações partidárias<sup>51</sup> e de “práticas diferentes de burocracias espontâneas” derivadas da queda na participação popular por conta da guerra civil<sup>52</sup>.

Essa tendência, entretanto, não implica em um desaguamento direto no regime stalinista das décadas posteriores à revolução, mas sim um fator que deve ser analisado em sua especificidade – em conjunto com as alternativas e contratendências que a eles se apresentaram na época. Em grande parte, podemos encarar que os embaraços contra-factuais que marcam essa análise de Ferro são frutos de um suporte teórico inadequado, que parte do *princípio* da oposição entre partidos/sindicatos e organizações autônomas/espontâneas ou semiespontâneas.

Esse tipo de posição é típico de uma corrente política em específico, o chamado *comunismo de esquerda* (ou “de conselhos”)<sup>53</sup>. A proximidade de Ferro com essa vertente se faz ainda mais clara na sua avaliação da burocracia emergente, apressadamente classificada como uma “nova classe”, cujas características centrais seriam uma “nova fonte de renda, atividade inédita na sociedade, solidariedade funcional com o partido bolchevique e a ruptura com as atividades de suas classes de origem”<sup>54</sup>. Características essas que permitem a distinção de um grupo social específico, mas não necessariamente de uma *classe social*, ao menos não no sentido marxista do conceito. Mais adiante abordaremos a insuficiência teórica por detrás dessas caracterizações, ao tratarmos daquilo que encaramos ser a melhor alternativa teórica produzida para analisar a formação social soviética.

### 3.3.3. Moshe Lewin

Por último, não podemos deixar de mencionar as contribuições de Moshe Lewin, um dos primeiros revisionistas a se destacarem. Lewin foi um exilado polonês que, antes de iniciar sua carreira de historiador na França, havia passado pela União Soviética, onde trabalhara em uma fazenda coletiva, em uma metalúrgica e onde servira no Exército

---

<sup>51</sup> *Id., ibid.*, pp. 25-26.

<sup>52</sup> *Id., ibid.*, p. 26-27.

<sup>53</sup> Representantes destacados dessa tendência política e teórica – que, vale ressaltar, é um tanto quanto variada – são Herman Gorter e Anton Pannekoek nos Países Baixos, Karl Korsh na Alemanha e Amadeo Bordiga na Itália. Uma representação brasileira pode ser encontrada nas produções de Maurício Tragtenberg, como *Reflexões sobre o socialismo*, 1986). Boa parte das críticas de Ferro aos sindicatos podem ser entendidas também como inspiradas nas posições da Oposição Operária, fração formada no seio do Partido Bolchevique em meados de 1920 e liderada por figuras como Alexandra Kollontai e Alexander Chlyapnikov – com as quais o autor demonstra clara simpatia ao longo de seu artigo aqui analisado.

<sup>54</sup> *Id., ibid.*, p. 28-29.

Soviético. Influenciado por suas experiências passadas, Lewin estudou as relações entre o campesinato e o regime soviético (*La Paysannerie et le Pouvoir Sovietique*, 1966).

Nos estudos seguintes, seu foco passou a residir principalmente nos projetos e no pensamento de figuras proeminentes do regime soviético, bem como em suas estruturas políticas e econômicas. Em uma de suas obras de grande destaque, “A última batalha de Lenin” (*Le Dernier Combat de Lenin*, 1967), Lewin realizou uma pioneira análise dos últimos anos de vida do principal líder soviético antes de Stalin, utilizando-se largamente do material presente em suas *Obras Completas* (especificamente sua 5ª edição) e também de material então recentemente liberado para o público, como o “Diário das Secretárias” e uma coleção de memórias de uma das principais secretárias de Lenin<sup>55</sup>.

Através da análise que realizou a partir de tais materiais, fartamente cotejada por um profundo conhecimento factual acumulado através de suas pesquisas anteriores, Lewin demonstrou as relações tensas que existiam entre Lenin e os demais líderes do Partido Bolchevique (então já chamado de “Comunista”) durante seus últimos anos de vida, particularmente Stalin. Ao analisá-las, Lewin destacou três momentos específicos em que essa tensão assumiu um caráter de conflito aberto.

O primeiro foi o debate no Politburo (“Bureau Político”, principal órgão dirigente o Partido Comunista após a revolução) acerca do abandono ou não do monopólio do comércio exterior. Disputa na qual Lenin se aliou a Trotsky contra a maioria do Politburo, que era favorável ao abandono, e que perdurou de fins de 1921 até meados de 1922, com a vitória final da posição destes dois.

O segundo foi o caso da agressão física que sofreu um dirigente do Partido Comunista da Geórgia, Ordzhonikidze, por parte de um enviado do PC russo. Esse caso foi consideravelmente acobertado por Stalin e seus aliados próximos, que, nas palavras do próprio Lenin, trataram o ocorrido com “conivência”<sup>56</sup>, levando-o a promover uma investigação clandestina em fins de 1922 e meados de 1923, na qual contou mais uma vez com a colaboração próxima de Trotsky<sup>57</sup>.

Por último, o terceiro caso foi uma contenda pessoal entre Lenin e Stalin, gerada por conta deste último ter supostamente ofendido a esposa de Lenin e militante do Partido,

---

<sup>55</sup> Cf. Lewin, M. *Op. cit.*, Preface.

<sup>56</sup> Lenin, V. *Últimos escritos e Diário das secretárias* (Ed. Por Henrique Canary). São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012, p. 127.

<sup>57</sup> “Clandestina” pois Lenin estava sob ordens estritas de seus médicos para que não se envolvesse em nenhum tipo de atividade política, por conta de um derrame que sofrera após um atentado no qual um militante do agrupamento Socialistas Revolucionários (SR) o feriu com um tiro. Essas ordens haviam sido acatadas e reforçadas pelo Politburo do PC, mas Lenin as infringiu por mais de uma vez.

Nadezhda Krupskaya – frente ao que Lenin exigiu uma imediata retratação por parte daquele, ameaçando “romper relações” em uma carta de março de 1923<sup>58</sup>.

Para além de analisar esses conflitos entre Lenin e os demais dirigentes do Partido Comunista, que teriam marcado o que Lewin caracterizou como o “eclipse [de sua] cabeça suprema”<sup>59</sup>, este também demonstrou a intensa preocupação que marcaram os últimos anos de atividade de tal dirigente em relação aos rumos que o Estado soviético vinha tomando. Um dos temas que predominaram em seus últimos escritos é o que, em suas próprias palavras, Lenin nomeava de “questão burocrática”, isto é, a progressiva substituição das massas pelo Partido e, por sua vez, a substituição deste pelos estratos administrativos internos e estatais.

Essa preocupação, bem como as medidas que Lenin buscou para reverter tal fenômeno, demonstram de forma clara que não existia uma linha direta de continuidade entre seus planos e seu pensamento e aqueles de Stalin, que viria a se tornar o símbolo mor da culminação de tal processo de domínio da burocracia sobre as massas soviéticas e sobre o próprio Partido Bolchevique.

Conforma conclui Lewin, o tipo de regime que se consolidou na década de 1930 não só não fazia parte dos planos estratégicos dos Bolcheviques, como foi fruto de uma série de elementos muito mais diversos do que supunha o consenso soviétólogo e sua defesa de uma continuidade ininterrupta entre 1917 (ou mesmo 1903) e o regime stalinista. Contra essa perspectiva, Lewin ressaltou a importância da necessidade de uma perspectiva histórica para a devida compreensão das origens desse regime:

[...] Leninist doctrine did not originally envisage a monolithic state, nor even a strictly monolithic party; the dictatorship of the Party *over* the proletariat was never part of Lenin's plans, it was the completely unforeseen culmination of a series of unforeseen circumstances. [...] it is no true that the concentration of power that reached its apogee with Stalinist regime was the result of ideas and splits of 1903-1904. *It is in the history of a later period, in the events that followed the Russian revolution and the way in which they molded theory, that its origin is to be found.*<sup>60</sup>

Para tal historiador, o regime stalinista que se consolidou por volta da década de 1930 seria fruto do enfraquecimento paulatino da sociedade civil que havia florescido dentro dos limites estreitos do czarismo e se desenvolvido com os primeiros anos do regime soviético. Esse enfraquecimento, em grande parte engendrado pelos consideráveis desgastes que a guerra civil produzira na vida do país, teria levado a uma concentração de tarefas cada vez maior na esfera do Estado. Essa concentração, por sua vez, teria se expandido como fruto da

---

<sup>58</sup> *Id. Ibid.*, p. 125.

<sup>59</sup> Lewin, M. *Op. cit.*, p. 35.

<sup>60</sup> *Id., ibid.*, p. 17. Grifo nosso.

coletivização e da industrialização forçadas da Era Stalin, que atuaram como catalisadores para uma sequência de crises que retroalimentaram as tendências concentracionista, culminando no que Lewin chamou de “Estado-Leviatã”<sup>61</sup>.

Ademais, os estudos de Lewin acerca do pensamento de Lenin também o levaram a contestar a suposição totalitarista de que o Partido Bolchevique seria um monólito composto de fanáticos na base e de manipuladores ditatoriais no topo. Ao contrário, demonstrou que até mesmo uma figura proeminente como Lenin necessitava travar duras batalhas internas para fazer valerem suas posições, sendo este muito mais um “líder” do que um “ditador”<sup>62</sup>.

Por suas contribuições, acreditamos que sua perspectiva de como produzir um trabalho histórico constitui ainda hoje um referencial crítico central para qualquer um interessado em realizar pesquisas de qualidade, seja sobre a Revolução Russa ou qualquer outro objeto:

[...] Os estudos históricos podem contribuir para restabelecer o equilíbrio e oferecer interpretações mais satisfatórias, recorrendo aos truques do ofício: narrar o desenvolvimento dos eventos, mas também apontando suas tendências; tratar as ideologias, mas sem isolá-las das instituições e das estruturas sociais; estudar as personalidades mais destacadas, mas sem esquecer, além da rede de seus subordinados diretos, também as grandes massas, mesmo que alguns líderes as tenham considerado com desprezo; examinar os Estados enquanto elementos importantes de sistemas sociais que se modificam com eles e neles.<sup>63</sup>

#### **1.4. O retorno da tese da continuidade e a influência de François Furet**

Apesar de todo o esforço realizado pelos revisionistas para remover a tese da continuidade do seio da historiografia da Revolução Russa e da União Soviética, esta retornou recentemente a tal campo de estudos sob nova roupagem, levemente distinta daquela dos soviétólogos e reivindicando-se crítica em relação a tal vertente. Mesmo este retorno se constituindo até o momento enquanto uma tendência marginal dentro do campo da “historiografia pós-Muro de Berlim”, como Ângelo Segrillo apropriadamente nomeou o atual momento historiográfico<sup>64</sup>, encaramos ser relevante travarmos um debate com a mesma.

Acreditamos que um retorno à historiografia dos consensos forjados pela literatura “*cold warrior*” ao longo das décadas de 1950 e 1960, ainda que sob nova roupagem, seria extremamente danoso, pois levaria a um novo empobrecimento intelectual do mesmo, com a

---

<sup>61</sup> Cf. *Id.*. “Para uma conceituação do stalinismo”. In: Hobsbawm, E. (org.) *História do Marxismo*, cit., v. 7, 1986, pp. 221-222.

<sup>62</sup> *Id.* *Lenin’s Last Struggle*, cit., p. 41-42.

<sup>63</sup> *Id.* “Para uma conceituação do stalinismo”, cit. pp. 206-207.

<sup>64</sup> Segrillo, Â. *Op. cit.*, p. 78.

retomada de explicações deterministas e teleológicas. Ademais, uma vez que os mesmos já foram largamente contestados a partir de insumos factuais, é de difícil justificação a relevância científica de buscar ressuscitá-los dentro deste campo historiográfico.

Não obstante essas considerações, os proponentes da nova tese da continuidade, apesar de condenarem formalmente o paradigma totalitarista, reproduzem muitos de seus aspectos. Ao mesmo tempo, os mesclam com outro referencial, uma vez que se inspiram nas análises realizadas por *François Furet* acerca da Revolução Francesa de 1789 – contendo estas o principal paradigma que orienta a nova forma da velha tese. Pode-se afirmar que os pesquisadores com elas identificados buscam transpor para o campo da soviétologia alguns dos principais pressupostos teóricos formulados por Furet, mesmo que isso leve muitas vezes a análises contrafactuais e muito distantes do campo da História Social com o qual buscam certa proximidade em termos de credenciais historiográficas.

#### **1.4. François Furet e o revisionismo neoliberal**

A partir de meados da década de 1960 até o final da década de 1980, Furet produziu diversos estudos acerca da Revolução Francesa, tendo chegado ao “Bicentenário da Revolução” (1989) como um dos historiadores recentes de maior visibilidade neste campo – o “rei do bicentenário”, como por vezes foi chamado pela mídia francesa. Sua produção dessa época foi marcada centralmente pela tentativa de estabelecer uma alternativa analítica às interpretações historiográficas que ele nomeou de “jacobino-marxistas” (representada por historiadores como Albert Soboul e Georges Lefebvre)<sup>65</sup>. Tentativa esta que confluiu junto a outros esforços na criação de uma revisão historiográfica que tinha como principal referência a tentativa de Alfred Cobban, nos anos 1950, de questionar o caráter de “revolução burguesa” de 1789.

A síntese da proposta historiográfica de Furet foi publicada na forma de uma coletânea, na obra “Pensando a Revolução Francesa” (*Penser la Révolution française*, 1978). Tal obra se tornou bastante popular, principalmente pela visibilidade conferida pela mídia a seu autor. Entretanto, segundo a avaliação crítica de Eric Hobsbawm, a empreitada de Furet não teria fornecido dados novos à historiografia da Revolução Francesa. Ela teria se resumido a *reinterpretação* de dados provenientes de trabalhos produzidos por historiadores que não compartilhavam de sua empreitada, principalmente pesquisadores norte-americanos e

---

<sup>65</sup> Cf. Correa, P. *História, Política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, pp. 50-63.

ingleses<sup>66</sup>. Para Hobsbawm, o esforço empreendido por Furet sequer teria como objeto real a Revolução de 1789, mas sim as “grandes generalidades historiográficas e políticas que podem ser lidas nela”<sup>67</sup>.

Dessa forma, ao retomar autores como Alexis de Tocqueville, François Guizot e Augustin Cochin, Furet teria se apropriado de seus escritos de uma forma extremamente seletiva, visando elaborar uma narrativa histórica que levasse à condenação da experiência revolucionária, constituindo assim uma “denúncia política” mais do que um trabalho historiográfico sério<sup>68</sup>.

Colocando essa empreitada em seu devido contexto, Hobsbawm encara – corretamente, a nosso ver – que tal operação de revisão historiográfica ocorreu, sobretudo, sob o signo da condenação da Revolução Russa e dos movimentos correlatos que ela influenciou nas décadas posteriores<sup>69</sup>. No contexto acadêmico e intelectual francês mais especificamente, no qual Furet se encontrava, a mesma teria ligação menos com uma “ameaça política” revolucionária que se colocasse no horizonte próximo e a qual essa empreitada buscasse responder no campo das idéias, e mais com as próprias “paixões” dos intelectuais nela envolvidos, que teriam buscado em seu esforço de revisão estabelecer um “ajuste de contas” com seu passado marxista. Isso porque, em tal contexto, haviam se fundido na luta antifascista os ideais Iluministas e Republicanos, originando uma identidade política radical de esquerda que remontava à “herança” de 1789 – herança essa que tais intelectuais buscavam combater, após tê-la substituído por um “liberalismo anticomunista”<sup>70</sup>.

Em suma, ao rejeitarem a revolução enquanto um paradigma político da transformação, bem como enquanto uma categoria analítica para processos históricos, tais intelectuais, dos quais Furet foi sem dúvidas o mais destacado, se voltaram para a Revolução Francesa, a revolução por excelência, e buscaram descontraí-la. Em sua empreitada, chegaram inevitavelmente na descontração também da Revolução Russa. Assim, nas palavras de Hobsbawm, “a revisão liberal da história revolucionária francesa é inteiramente dirigida, via 1789, para 1917”<sup>71</sup>. Dessa forma, comparações entre ambas abundaram nos escritos de Furet e de seus companheiros revisionistas, em uma tentativa de “usar a experiência da Revolução

---

<sup>66</sup> Cf. Hobsbawm, E. *Ecoss da Marselhesa* [1990]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 106.

<sup>67</sup> Cf. *Id. Ibid.* p. 107.

<sup>68</sup> Cf. *Id. Ibid.* pp. 110-111.

<sup>69</sup> Cf. *Id. Ibid.* p. 110.

<sup>70</sup> Cf. *Id. Ibid.* pp. 112-13.

<sup>71</sup> Cf. *Id. Ibid.* p. 110.

Francesa como um argumento contra as revoluções comunistas modernas e, inversamente, avaliar criticamente Robespierre à luz de Stalin ou Mao”<sup>72</sup>.

Mas essa empreitada não foi exclusiva de Furet ou do meio intelectual francês. Ela se insere em um movimento historiográfico mais amplo, comumente nomeado de “revisão” – termo que aqui já assume um significado distinto daquele utilizado pelos historiadores sociais da Revolução Russa anteriormente mencionados, e que carrega um forte senso de crítica negativa. Em um balanço historiográfico nomeado *Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas*, o historiador Demian de Melo buscou estabelecer os traços centrais deste e mapear seus principais representantes.

Conforme aponta Melo, em um mesmo momento histórico, marcado pelas contrarrevoluções no Leste Europeu e pela queda do Muro de Berlim – portanto, pela ascensão do *projeto neoliberal* –, diferentes historiadores buscaram reinterpretar eventos marcantes do passado de seus respectivos países, compartilhando entre si um mesmo caráter apologético e o referencial no “pensamento neoliberal do fim do século XX”<sup>73</sup>. Foi a partir dos embates que travaram com outros historiadores que receberam a nomenclatura de “revisão”, enquanto uma síntese dessas acusações.

Mas nem sempre essas empreitadas individuais são vistas como parte de um *movimento historiográfico* que vá além das especificidades de cada país, conforme o estamos encarando a partir das análises de Melo. Segundo o mesmo, a abordagem de Furet, que podemos estender em traços gerais aos demais revisionistas por ele analisados – e que justifica essa forma de encará-los enquanto expressões diversificadas de um mesmo fenômeno,

[...] relacionou-se de forma mais ampla por uma (normativa) concepção do fazer política na modernidade que busca, entre outras coisas, substituir o tema da revolução pelo tema da democracia, separando um do outro e transformando o primeiro numa maldição e o segundo – na chave da teleologia liberal – no futuro desejável e único possível.<sup>74</sup>

Esses outros revisionistas que compartilhariam de tal abordagem presentes na produção de Furet seriam principalmente o alemão Ernst Nolte e seus aliados na revisão historiográfica acerca do Nazismo, que desencadeou a polêmica que ficou conhecida como

---

<sup>72</sup> Cf. *Id. Ibid.* p. 111.

<sup>73</sup> Melo, D. de. “Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas”. *Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1, jul/dez de 2013, p. 53.

<sup>74</sup> *Id. Ibid.*, p. 53.

*Historikerstreit* (“a querela dos historiadores”), bem como o italiano Renzo de Felice, com sua revisão acerca do Fascismo. Mas também se incluem na lista outros nomes menos “famosos”, ligados a empreitadas revisionistas semelhantes em Portugal (acerca do regime de Salazar) e na Espanha (acerca do regime de Franco), chegando ainda ao meio acadêmico brasileiro e incluindo historiadores que buscam reinterpretar, a partir de tal base, as principais questões acerca do golpe de 1964 e da ditadura empresarial-militar por ele estabelecido<sup>75</sup>.

Mas, para além de suas motivações políticas e de seu sentido mais geral, no que especificamente consistiu o revisionismo de Furet, cuja influência acreditamos estar no bojo da nova tese da continuidade? Como apontamos, destaca-se em seus escritos a influência (seletiva) das análises de Tocqueville e de Cochin, a partir dos quais Furet assentou sua compreensão da Revolução Francesa no uso do par conceitual *continuidade-ruptura*.

Apesar de ser aparentemente antitético, esse par foi utilizado por Furet em um sentido de complementaridade dialética e apresentado enquanto o substituto mais apropriado para o conceito de “revolução burguesa”, que engendra o entendimento da Revolução Francesa enquanto uma radical mudança social, correspondente às necessidades objetivas da classe capitalista<sup>76</sup>.

A partir de Tocqueville, Furet criticou duramente essa noção da revolução enquanto uma *ruptura radical* do tecido histórico, defendendo que aquela só pode ser devidamente compreendida pelo viés da *continuidade*: “toda a conceitualização da história revolucionária começa pela crítica da idéia de Revolução tal como ela foi vivida pelos seus atores e veiculada pelos seus herdeiros: ou seja, como uma transformação radical e como a origem de um tempo novo”<sup>77</sup>.

Essa continuidade se daria pela suposição da revolução ter sido fundamentalmente uma *aceleração* de processos que já se faziam presentes sob a monarquia e que teriam sido plenamente realizados com o advento da República – entre os quais se destacariam, sobretudo, o desenvolvimento capitalista a partir do campo<sup>78</sup> e a constituição de um modelo de poder administrativo centralizado (o chamado “Estado moderno”)<sup>79</sup>.

---

<sup>75</sup> *Id. ibid.*, *passim*.

<sup>76</sup> Cf. Furet, F. *Pensar a revolução francesa*. Tradução de Rui Fernandes de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 38. Ao conceito de revolução enquanto transformação da ordem sócio-econômica, Furet contrapõe a definição de “um espaço histórico que separa um poder de outro poder, e em que uma ideia da ação humana sobre a história se substitui à instituída” (*Id.*, *ibid.*, p. 45).

<sup>77</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 30.

<sup>78</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 24.

<sup>79</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 32.

Nas palavras do próprio Tocqueville, citadas por Furet, “a Revolução resolveu repentinamente, por um esforço convulsivo e doloroso, sem transição, sem precauções, sem deferências, *o que ter-se-ia realizado sozinho, pouco a pouco, com o tempo*”<sup>80</sup>. Dessa forma, a revolução seria na realidade “o desabrochar do nosso passado. Longe de constituir uma ruptura, ela só pode compreender na e pela continuidade histórica. Cumpre esta continuidade nos fatos, embora apareça como uma ruptura nas consciências”<sup>81</sup>.

Frente a essa interpretação, a revolução enquanto *ruptura* é reduzida a tão somente uma “ilusão da transformação” – uma “ideologia da ruptura radical com o passado”, criada pelos atores revolucionários e posteriormente reproduzida pelos historiadores com eles identificados de uma forma ou de outra<sup>82</sup>.

Mas a influência de Tocqueville sobre Furet não foi soberana. A partir dessa compreensão da ruptura enquanto um fenômeno restrito ao âmbito das *mentalidades*, presente em germe na análise de Tocqueville, Furet buscou as reflexões de Cochin. Para este, a principal característica da Revolução Francesa seria uma “descontinuidade política e cultural”, na qual se afiguraria o advento da “ideologia democrática”<sup>83</sup>.

Assim, a revisão historiográfica de Furet estava assentada no princípio da continuidade, negando à Revolução Francesa um caráter de revolução social e, portanto, de “ruptura radical”. Ao mesmo tempo, esse princípio era complementado com a “concessão” de que de fato teria ocorrido uma mudança qualitativa, mas que esta se limitava ao campo das mentalidades. Essa “concessão”, entretanto, equivalia a afirmar que a ruptura revolucionária não havia passado de uma *construção*, não tendo se dado na esfera do real.

Conforme sintetizou a historiadora Priscilla Correa, “a partir da dialética do poder do imaginário, privilegiou-se, portanto, o aspecto *político* e *cultural* dessa Revolução”<sup>84</sup>. Já para o anteriormente citado Josep Fontana, que compartilha de uma avaliação crítica semelhante à de Hobsbawm, “em termos gerais, o objetivo essencial [do revisionismo liberal] era negar a revolução em si como fenômeno com consequências de transformação social [...] e apresentá-la como a origem de todas as aberrações políticas do século XX, especialmente da revolução soviética e do triunfo do bolchevismo”<sup>85</sup>.

#### **1.4.2. A nova tese da continuidade**

---

<sup>80</sup> Apud Correa, P. *Op. cit.*, p. 201, nota 145. Grifo nosso.

<sup>81</sup> Furet, F. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>82</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 34. Cf. também *Id.*, *ibid.*, pp. 31 e 45.

<sup>83</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 49.

<sup>84</sup> Correa, P. *Op. cit.*, p. 203. Grifo nosso.

<sup>85</sup> Fontana, J. *Op. cit.*, p. 358.

Vejamos então como se expressa a influência de Furet e do revisionismo neoliberal (somada a aspectos do velho consenso soviológico) entre aqueles que buscam atualmente estabelecer uma nova tese da continuidade no campo da historiografia da Revolução Russa e da União Soviética. Tomamos aqui enquanto exemplos dessa tendência alguns dos pesquisadores que participaram da organização da obra coletiva “O século dos comunismos” (*Le Siècle des Communismes*, 2000, seguido de uma edição aumentada de 2004) – principalmente Bruno Groppo e Claudio Ingerflom, ambos vinculados a grupos de pesquisa pertencentes ao *Centre Nationale de Recherche Scientifique* francês (CNRS – órgão estatal de fomento à pesquisa das mais diversas áreas) e a instituições universitárias francesas<sup>86</sup>.

O conjunto dos organizadores de *Le Siècle...* alegam que tal obra constitui um esforço de superação do quadro historiográfico francês, muito marcado pela obra coletiva organizada por Stéphane Courtois, “O livro negro do comunismo” (*Le livre noir du communisme*, 1997) e, por mais que possa parecer contraditório, pelo ensaio de François Furet, “O passado de uma ilusão” (*Le passe d’une illusion – Essai sur l’idée communiste au xx<sup>e</sup> siècle*, 1995). Para eles, a historiografia influenciada por essas duas obras teria imprimido às produções historiográficas francesas uma abordagem marcadamente simplista, muito próxima daquela da soviologia<sup>87</sup>.

Eles se propuseram, então, a contrapor a essa historiografia uma abordagem multifacetada do fenômeno soviético em particular e das diversas experiências comunistas do século xx em geral. Para tal, buscam reunir contribuições alicerçadas na História Social e em outras áreas do saber acadêmico, produzindo uma obra diversificada, que chega até a incluir entre seus materiais um artigo do pensador marxista franco-brasileiro Michael Löwy – também membro pesquisador do CNRS.

Bernard Pudal, por exemplo, ao comentar sobre o projeto do livro durante uma entrevista realizada em 2008, afirmou que a empreitada partiu de uma rejeição à interpretação totalitarista/soviológica, responsável por simplificar a interpretação das formações sociais

---

<sup>86</sup> Groppo é diretor de pesquisa do CNRS, onde atua no *Centre d’histoire sociale du XXe siècle*, sendo também ligado à Universidade de Paris I, onde exerce funções docentes e atua como pesquisador no *Centre de Recherche d’Histoire des Mouvements Sociaux et du Syndicalism*. Ele é mais conhecido nomeio acadêmico brasileiro por suas elaborações no que diz respeito ao tema “memória”, sendo membro do comitê científico dos *Cahiers Amérique latine Histoire et Mémoire*. Ingerflom também é diretor de pesquisa do CNRS, onde atua no *Centre d’études des mondes russes, caucasiens et centre-européen*, sendo também membro do comitê de redação da *Revue des études slaves*.

<sup>87</sup> Conforme mostraremos adiante, os herdeiros de Furet no campo da historiografia da Revolução Russa não reivindicam sua própria análise do tema, encarando que esta se distancia da que havia feito durante as décadas de 1970 e 1980 acerca da Revolução Francesa.

supostamente comunistas e dos grupos que se colocavam sob a bandeira vermelha da foice e do martelo. Na ocasião, Pudal afirmou que

*Le siècle des communismes* é analisado a partir do campo dos especialistas do comunismo. Nós estávamos confrontados com o sucesso de duas obras — *Le passé d'une illusion*, de François Furet, e *Le livre noir du communisme*, de Stéphane Courtois. Esses dois livros reivindicavam não somente uma interpretação “totalitária” do comunismo, mas também repudiavam todas as aquisições da história social. A redução da história do comunismo a uma “essência” (as representações qualificadas como ilusórias no trabalho de Furet e a criminalidade, em Courtois) não nos convinha. O “plural” do título do nosso livro tem como objetivo colocar em dúvida essas “simplificações”, sem subestimar as empreitadas de homogeneização do “mundo” comunista sob a fêrula soviética e as organizações específicas (Escola Leninista Internacional, a Internacional Comunista logo após o Kominform, as comissões de gerentes, as pesquisas biográficas internas ao mundo comunista, etc.).

Nós, então, reunimos pesquisadores (franceses e estrangeiros) bastante diferentes, mas que tinham em comum o fato de não se reconhecerem nas interpretações de Furet e de Courtois. [...] <sup>88</sup>

Dessa forma, *Le siècle* reuniu contribuições de diversos especialistas advindos de variadas áreas dos estudos sociais, como historiadores, antropólogos, sociólogos e politólogos – sendo a sua maioria pesquisadores franceses (ou alocados na França) e vinculados com o CNRS. Para apresentar tais contribuições de forma coerente, os organizadores de *Le Siècle* o dividiram em partes temáticas, tendo sido cada uma delas coordenada por um pesquisador diferente.

Abrangendo temas que vão da União Soviética a Partidos Comunistas de diferentes países, além de outras formações sociais, como a China, foi inevitável que *Le siècle* tenha se constituído enquanto uma obra heterogênea, o que significa que nem todos os pesquisadores nela reunidos compartilham das análises inspiradas na produção de Furet acerca de Revolução Francesa. A obra inclui, por exemplo, algumas contribuições de pesquisadores norte-americanos identificados com a escola revisionista e que em nada se aproximam dessa inspiração, como é o caso de Lynne Viola e Lewis Sigelbaum.

Pudal e outros organizadores de *Le siècle* podem rejeitar o paradigma totalitarista e alguns dos consensos historiográficos produzidos pela soviologia e presentes na historiografia francesa, mas a parte da obra que trata da União Soviética em específico mostra que tal rejeição não foi comum a todos organizadores e pesquisadores convidados a publicarem contribuições.

---

<sup>88</sup> Pudal, B. “Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo” [2008]. Entrevista concedida a K. Tomizaki. Tradução de Daniela Ferreira. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), maio/agosto 2009, p. 129-138.

O mesmo é válido para a suposta rejeição a François Furet, uma vez que tal autor é largamente citado como referência positiva no quarto capítulo da obra, “Da Rússia à União Soviética”, organizado por Ingerflom. Este e parte dos pesquisadores por ele reunidos nesse capítulo de *Le siècle*, ao contrário do que afirma Pudal, realizam uma transposição ao campo da historiografia da Revolução Russa e da União Soviética de alguns aspectos centrais que pautaram os trabalhos de Furet acerca da Revolução Francesa – por mais que rejeitem a produção posterior desse historiador sobre a União Soviética.

Ingerflom, por exemplo, chega mesmo a lamentar a contradição existente entre as formas diferentes como Furet encarou as Revoluções Francesa e Russa, buscando se diferenciar dos que seguiram os caminhos elaborados por ele em relação à segunda:

[...] François Furet lançou, há cerca de trinta anos, um debate memorável sobre 1789, sustentando, entre outras coisas, que era ingênuo pensar a revolução como um ano zero. A este respeito, verifica-se uma contradição tal entre *Penser la Révolution française* e *Le Passé d'une illusion* – que produz o mito de “1917, ano zero” – que podemos apenas lamentar que os discípulos “soviétólogos” de François Furet não se tenham dado ao trabalho de a explicar. Seguramente, tal não ajudará a compreender a Rússia, mas sim o percurso político da *intelligentsia* francesa a partir de 1968.<sup>89</sup>

O debate em torno de encarar ou não a revolução como um marco fundador é essencial à lógica defendida por Ingerflom e deriva diretamente de uma apropriação dos trabalhos realizados por Furet nas décadas de 1970 e 1980. Certamente, uma perspectiva que ignore qualquer fator anterior à derrubada do Governo Provisório para analisar o regime soviético fundado pela Revolução de Outubro, resultaria em uma simplificação ingênua da realidade. Como vimos, inclusive, a defesa de uma perspectiva histórica acerca do processo revolucionário era um dos grandes diferenciais dos revisionistas ante os totalitaristas soviétólogos que buscaram combater.

Entretanto, não é exatamente tal perspectiva que Ingerflom critica. O que este defende, tal qual Furet fizera em relação à Revolução Francesa, é que a Revolução Russa não seria uma *ruptura* significativa com o passado, voltando-se contra a tese segundo a qual “o regime tinha uma origem: a Revolução de Outubro, entendida como uma ruptura radical”<sup>90</sup>.

Nesse sentido, Ingerflom busca traçar diversos pontos de continuidade em relação ao antes e depois da Revolução, sobrepondo-os em relevância aos pontos de ruptura, exatamente como Furet fizera em relação à Revolução Francesa. Seguindo essa lógica, e dando ênfase aos

---

<sup>89</sup> Ingerflom, C. “Introdução”. In: Dreyfus, M., et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004., p. 133.

<sup>90</sup> *Id. Ibid.*, p. 132.

aspectos que poderíamos chamar de forma abrangente de “culturais”, Ingerflom acaba por tecer uma versão renovada da *tese da continuidade*.

Enquanto os adeptos da escola totalitarista defendiam uma continuidade que apresentava o fenômeno stalinista como um resultado lógico e uma consequência direta do Bolchevismo, as análises desse historiador vão mais longe no passado e tentam traçar tal continuidade a partir do czarismo e do que nomeia de “cultura política russa”<sup>91</sup>. Essa nova versão “culturalista” da tese da continuidade advém dos estudos anteriores de Ingerflom, como *Citoyan impossible – Les racines russes du léninisme*, de 1988, onde essa lógica já se mostrava presente.

Para sustentar a mesma, Ingerflom atribui um papel central ao “terror” na sua análise do regime stalinista. Segundo suas próprias palavras, “o terror foi a forma extrema da violência. Esta era ao mesmo tempo *inerente ao projeto bolchevique e à cultura política russa*”<sup>92</sup>. E esta afirmação extremamente determinista não é em nada amenizada, como provavelmente foi a intenção de Ingerflom, pelo seu reconhecimento de que a violência “também [era inerente] à forma de a ‘burguesia’ reger as relações políticas, muito para além da Rússia”<sup>93</sup>.

Ingerflom busca justificar seu ponto de vista compartilhando o reconhecimento, comum a muitos historiadores revisionistas, segundo o qual a revolução teria ocorrido “demasiado cedo”, em uma formação social na qual ainda predominavam reminiscências de relações de produção pré-capitalistas e de relações políticas não-modernas: “o capitalismo tinha triunfado no plano econômico, mas não tinha conseguido transformar as relações sociais de forma a criar um ‘sociedade’ burguesa”<sup>94</sup>.

Entretanto, Ingerflom encara que o triunfo revolucionário do projeto bolchevique e o amplo apoio que as massas lhe deram em outubro de 1917 seria decorrente não de uma consciência política derivada das contradições sociais, como defenderam esses historiadores, mas do fato do “discurso bolchevique [ser] familiar [às massas] devido às suas referências a um outro lugar que não o da decisão autônoma da sociedade e às reivindicações econômicas, sociais e políticas, susceptíveis de conquistar a adesão”<sup>95</sup>.

Assim, por mais que Ingerflom busque se distanciar da herança da escola totalitarista e contrapor a ela algumas contribuições mais sofisticadas, advindas da História

---

<sup>91</sup> *Id. Ibid.*, p. 135.

<sup>92</sup> *Id. Ibid.*, p. 135. Grifo nosso.

<sup>93</sup> *Id. Ibid.*, p. 135.

<sup>94</sup> *Id. Ibid.*, p. 137.

<sup>95</sup> *Id. Ibid.*, p. 137.

Social, este acaba por ignorar justamente um dos principais pontos de convergência do revisionismo, isto é, o reconhecimento de uma ação autônoma e consciente das massas durante a revolução, baseado na percepção de suas necessidades objetivas. Frente a isso, é flagrante como que a experiência dos conselhos e comitês organizados ao longo de 1917 praticamente não é mencionada, uma vez que iria contradizer tais afirmações.

Apesar de criticar os pressupostos totalitaristas em diversas passagens de sua introdução, Ingerflom não só produz uma versão modificada da tese da continuidade (igualmente baseada em uma linguagem determinista, recheada de termos como “naturalmente”, “intrínseco” e “inerente”), como reproduz alguns dos postulados básicos daquela, como na passagem a seguir:

[...] O Partido encontrou-se naturalmente numa posição de substituição em relação às classes sociais, incluindo o proletariado, que ele julgava representar. A sua actividade iniciou-se no ponto em que o czarismo deixou as coisas, aquando da sua queda, e retomou precisamente o ponto forte do czarismo, aquele que permitira a sua longa duração e o seu carácter despótico: a recusa da autonomia do social e do político em nome de uma ideologia.<sup>96</sup>

A partir dessa introdução ao capítulo por ele organizado, se seguem artigos escritos por pesquisadores de formações acadêmicas diversas. Enquanto alguns deles reforçam a análise de Ingerflom, principalmente aqueles que lidam direta ou indiretamente com a questão do “terror”, os que contradizem tal perspectiva são justamente os fundamentados em uma história “desde baixo”, ou seja, os herdeiros do revisionismo e de sua ligação com a História Social.

Peter Holquist, também citando considerações de Furet sobre a Revolução Francesa, critica a visão de Outubro de 1917 como sendo uma *ruptura*, alegando que “esta perspectiva teve como resultado principal dissociar os bolcheviques e a sua revolução do contexto histórico que os tinha produzido”, contrapondo à mesma uma longa duração que insira a revolução no contexto que vai de 1914 a 1929<sup>97</sup>.

Ao analisar o papel da violência nesse contexto, Holquist conclui que este era uma fator importante nas disputas políticas do período, concluindo que “quase todos os métodos considerados intrinsecamente bolcheviques foram, desde logo, utilizados na [conjuntura da] Primeira guerra Mundial”<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> *Id. Ibid.*, p. 139.

<sup>97</sup> Holquist, P. “A questão da violência”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, pp. 143-144.

<sup>98</sup> *Id. Ibid.*, p. 151.

Trabalhando esse fator na perspectiva de longa duração, tal historiador busca enquadrar o Bolchevismo como uma forma de *continuidade do czarismo*, em uma tentativa, segundo o próprio, de contestar o “mito das origens” contido na perspectiva de Outubro como uma ruptura:

Todos os estudos, ou quase todos, salientaram o parentesco entre a política czarista, em matéria de aprovisionamento [da produção agrícola e industrial], e as medidas seguidamente tomadas pelos bolcheviques, concluindo que a Revolução de 1917 deveria ser reenquadrada no contexto alargado de um segundo “período conturbado”, abrangendo os anos 1914-1921. É de lamentar que esta perspectiva não tenha sido sistematicamente aplicada a outros domínios.<sup>99</sup>

Ao traçar essa e outras linhas de semelhança entre o regime soviético e o período czarista, Holquist ignora a diferença fundamental no que dizia respeito às *formas de propriedade* e às *relações de produção* vigentes sob cada um – tema que retomaremos com profundidade adiante, uma vez que se faz fundamental para uma contestação firme da tese da continuidade entre os regimes czarismo e stalinista.

Dessa forma, acaba por obscurecer diferenças fundamentais, no intuito de realçar semelhanças a nosso ver superficiais e descontextualizadas. Não à toa, Holquist encara a Revolução Russa como uma transformação das “práticas políticas”, marcada pela “modernização das formas de intervenção do Estado”, ignorando seus aspectos enquanto uma genuína revolução social no que diz respeito aos fatores produtivos<sup>100</sup>. Uma conclusão, portanto, quase idêntica à de Furet acerca de Revolução Francesa e, de forma mais geral, de todo o escopo do revisionismo neoliberal em relação a processos revolucionários e ao próprio paradigma da revolução social enquanto ruptura.

Sua tentativa de elaboração de uma versão repaginada da tese da continuidade fica extremamente clara quando demonstra concordância com a afirmação de William Rosenberg, para quem o Bolchevismo seria “essencialmente a continuação do passado sob uma forma radicalizada, e não uma ruptura revolucionária com esse mesmo passado”<sup>101</sup>.

Ademais, tal qual Ingerflom, Holquist põe bastante ênfase na esfera “cultural”. Por essa via, chega a considerar os métodos de planificação, que caracterizaram a formação social soviética na maior parte de sua existência, como sendo fruto de uma “cultura tecnocrática e coletivista”, que teria levado até mesmo os Exércitos Brancos, da época da guerra civil, a adotar tais métodos<sup>102</sup>. Dessa forma, não diferencia uma gestão econômica excepcional –

---

<sup>99</sup> *Id. Ibid.*, pp. 156-157.

<sup>100</sup> *Id. Ibid.*, p. 157.

<sup>101</sup> *Apud Id. Ibid.*, p. 160.

<sup>102</sup> *Id. Ibid.*, p. 166.

adotada em um momento de guerra civil – de toda uma relação de propriedade radicalmente diferente, mais uma vez buscando aproximar práticas distintas ao descontextualizá-las.

A partir de tais análises, a conclusão a que chega Holquist acerca das diferenças entre o governo soviético (sempre tomado enquanto um bloco ahistórico) e aqueles que o precederam se daria no ponto fundamental da *extensão* da aplicação de práticas coercitivas vigentes, da qual seriam “herdeiros”. O mesmo valeria para a “planificação econômica” e as “intervenções estatais” – interpretadas através de uma concepção de causalidade extremamente determinista e de difícil sustentação prática, enquanto fruto da “natureza intrinsecamente maniqueísta e agressiva” dos Bolcheviques<sup>103</sup>.

Já Gábor Rittersporn, apesar de reconhecer uma série de fatores importantes para se entender a burocratização do PC e do Estado enquanto um *processo*, também reproduz aspectos da lógica totalitarista – inclusive tecendo narrativas muito semelhantes àquelas por ela influenciadas, como sua defesa de que “foi o desejo de afirmar a hegemonia do regime em todos os domínios da vida social e política que incitou os bolcheviques a adotar um modelo de administração altamente centralizado”<sup>104</sup>. Uma tal narrativa acaba por suprimir os ricos debates que ocorreram dentro do Partido Bolchevique acerca dos rumos que o regime deveria tomar, não contemplando assim as disputas e modificações que marcaram tal organização política e o pensamento de suas principais lideranças<sup>105</sup>.

Tal qual os antigos adeptos soviétólogos da tese da continuidade, Rittersporn reduz o Leninismo a um messianismo travestido de (pseudo) ciência, sem diferenciá-lo do Stalinismo<sup>106</sup>. E, assim como seus colegas que tem atuado na construção de uma nova versão desta tese, não diferencia a existência de momentos distintos do regime soviético – apesar de não recorrer a fatores “culturais” para explicar o uso político da violência, mas sim às contradições sociais, econômicas e políticas com as quais o regime tinha que lidar, e às quase teria reagido através de uma crescente coação e supressão de liberdade<sup>107</sup>.

Essa leve diferenciação, que aproxima um pouco Rittersporn das conclusões produzidas pelos adeptos da História Social, é reforçada pela avaliação de Alain Blum, ao analisar as sucessivas “fomes” que afetaram a União Soviética. Este encara que o regime

---

<sup>103</sup> *Id. Ibid.*, pp. 167-169.

<sup>104</sup> Rittersporn, G. “O Partido”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 172.

<sup>105</sup> A esse respeito, conferir, por exemplo, Getzler, I. *Op. cit.* e Johnstone, M. “Lênin e a revolução”. In: Hobsbawm, E. (org.). *História do Marxismo, cit.*, pp. 113-142.

<sup>106</sup> Rittersporn, G. “O terror”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 177.

<sup>107</sup> *Id. Ibid.*, pp. 180-189.

stalinista possuía uma incapacidade estrutural de responder às demandas sociais, sendo forçado a reagir com uma repressão que se intensificava progressivamente<sup>108</sup>.

Rittersporn, entretanto, alega que “a violência implacável dos bolcheviques reagia aos efeitos incalculáveis da política do regime e às práticas sociais *inerentes* ao quotidiano soviético”, adicionando assim certa dose de determinismo à equação<sup>109</sup>.

\*\*\*

Muitos desses pressupostos que alicerçam a nova versão da tese da continuidade, largamente influenciada por uma perspectiva “culturalista”, é contradita pelos artigos de *Le siècle* que se pautam por uma perspectiva claramente herdeira da vertente revisionista. O já citado Pudal, por exemplo, que rejeita explicitamente o paradigma totalitarista e as conclusões as quais ele levou os soviólogos, se distancia de uma visão linear da História ao reconhecer, por exemplo, mudanças drásticas no interior do Partido Comunista, tanto em termos de programa, quanto de forma organizativa<sup>110</sup>.

Entre outros autores, podemos nos referir também a Lynne Viola, que estuda as relações camponesas, fala abertamente de 1917 enquanto uma “ruptura revolucionária”<sup>111</sup> e alega que a postura do regime soviético em relação aos camponeses teria mudado consideravelmente com a “imposição da razão de Estado” sobre os “ideais de 1917”<sup>112</sup>. Assim, as conclusões de Viola levam à contestação da suposta existência de uma continuidade ininterrupta entre Bolchevismo e Stalinismo. Apontam, ainda que o principal elemento para se compreender o fracasso do projeto soviético seria *objetivo*, estando ligado ao peso social do campesinato frente a um projeto centrado no proletariado<sup>113</sup>.

Já Lewis Sigelbaum, ao realizar uma pesquisa nos marcos paradigmáticos da História Social do Trabalho, lida com dados diretamente ligados à realidade cotidiana das massas operárias. Dessa forma, sua análise é consideravelmente mais sensível às mudanças ocorridas ao longo do tempo na realidade soviética do que a que permeia a maioria dos trabalhos de *Le siècle*. Isto o leva a constatar uma diferença significativa entre os primeiros anos da revolução

---

<sup>108</sup> Blum, A. “A demografia”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 191.

<sup>109</sup> *Id. Ibid.*, p. 188. Grifo nosso.

<sup>110</sup> Pudal, B. & Pennetier, C. “Do partido bolchevique ao partido stalinista”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, pp. 383-392 (em especial p. 389 e 391).

<sup>111</sup> Viola, L. “Os camponeses, de 1917 aos nossos dias”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 197.

<sup>112</sup> *Id., ibid.*, p. 202.

<sup>113</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 204.

e o regime stalinista, chegando inclusive a reconhecer o processo de tomada do Estado pela camada da burocracia administrativa<sup>114</sup>.

O mesmo vale para Wendy Goldman, que estuda a realidade social das mulheres sob o regime soviético. A partir dos dados com os quais lida, Goldman reconhece enquanto conquistas da Revolução de Outubro diversos avanços sociais e jurídicos até então inéditos em relação a outros Estados/formações sociais da época, como o direito universal ao voto, a igualdade jurídica em relação aos homens, o direito pleno ao aborto custeado pelo Estado, além de uma série de medidas que visavam à emancipação da mulher em relação aos trabalhos domésticos – como a construção de lavanderias, refeitórios e creches públicas<sup>115</sup>.

Esses avanços, entretanto, seriam mais tarde parcialmente revertidos, em decorrência das necessidades econômicas vislumbradas pela burocracia que veio a se tornar governante<sup>116</sup>. Essa reversão parcial de certas conquistas, ratificadas pela Constituição de 1936, chegaria ainda uma eliminação definitiva com a nova Carta de 1944<sup>117</sup>.

\*\*\*

Frente a dados como esses, dificilmente se pode sustentar uma tese segundo a qual existiria uma continuidade ininterrupta e de homogeneidade do regime soviético ao longo do tempo. Não obstante, outro organizar de *Le siècle* que apontamos se enquadrar nessa tendência historiográfica inspirada em aspectos do consenso totalitarista e da empreitada revisionista de Furet é Bruno Groppo. Responsável por diversos capítulos de *Le siècle*, Groppo possui uma análise da realidade social e histórica da União Soviética que se aproxima bastante daquela de Ingerflom.

Em um artigo de 2007, no qual buscou fazer um balanço d’*O Comunismo na História do Século XX*, Groppo defende a visão segundo a qual o comunismo seria tanto um “sistema de governo”, quanto um “movimento revolucionário”<sup>118</sup>. Apesar de reconhecer que ocorreram mudanças no “sistema de governo”, como ao afirmar que os soviets teriam “muito rapidamente” perdido seu poder real e se tornado uma “fachada” para o monopólio do poder por parte do Partido Comunista<sup>119</sup>, este tende a reduzir o Bolchevismo a uma forma de autoritarismo puro e simples, derivado de uma herança sobretudo *cultural*.

---

<sup>114</sup> Cf. Sigelbaum, L. “Os operários e os comunistas em 1917-1939”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 211.

<sup>115</sup> Cf. Goldman, W. “As mulheres na sociedade soviética”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 220.

<sup>116</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 227.

<sup>117</sup> Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 229.

<sup>118</sup> Groppo, B. GROPPPO, Bruno. “O Comunismo na História do Século XX” [2007]. Tradução de Arlete Dialetachi. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, v. 0, n. 75, 2008, p. 115.

<sup>119</sup> *Id.*, *ibid.*, pp. 116 e 118.

Por mais que reconheça o papel de fatores objetivos no processo de burocratização que marcou o Estado soviético, como a predominância camponesa na população e o desenvolvimento incipiente do setor industrial, Groppo ressalta a suposta “tradição de despotismo própria da Rússia”<sup>120</sup> – e sem diferenciar o Bolchevismo do Stalinismo.

Groppo também retoma a velha narrativa totalitarista, segundo a qual Outubro de 1917 teria sido “essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força”<sup>121</sup>, e não a culminação de um processo de intensa disputa política em uma conjuntura de grandes mobilizações de massa e de contestação da ordem vigente.

Contrariando, ainda, diversos estudos acerca das estratégias que conviviam no interior do Partido Bolchevique às portas da revolução, Groppo afirma que “os bolcheviques estavam absoluta e fanaticamente convencidos de ser os únicos detentores da verdade”, o que os teria levado diretamente à construção de um “monopólio do poder”<sup>122</sup>.

Ademais, Groppo centra sua atenção no caráter “ilusório” da revolução, tal como Furet fizera em relação a 1789. Dessa forma, trata a Revolução de Outubro enquanto um “mito”<sup>123</sup>, que teria originado uma verdadeira “religião política”<sup>124</sup>. A partir dessa compreensão, Groppo alega possuir preferência pela análise do “funcionamento dos imaginários políticos”<sup>125</sup> – o que talvez explique seu “distanciamento” em relação à realidade factual, que se traduz em falsificações deliberadas frente a todo o conhecimento historiográfico já acumulado.

Como demonstramos, ainda que partam de um quadro teórico diferente daquele da soviétologia (a escola totalitarista), essa nova leva de historiadores influenciados pelos trabalhos de Furet acerca de Revolução Francesa e pelo revisionismo neoliberal defendem uma tese da continuidade semelhante à que estruturava todos os estudos daquela. Priorizando um viés “cultural” e, na trilha de Furet, estes buscam estabelecer *continuidades* e negar

---

<sup>120</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 120.

<sup>121</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 117.

<sup>122</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 121. Já Johnston chama a atenção para o fato de que, mesmo nas múltiplas variações de definições que Lenin atribuiu ao conceito de “ditadura do proletariado” ao longo dos anos que precederam a Revolução de Outubro, este nunca havia definido o “monopartidarismo” como uma de suas características (cf. Johnston, M. *Op. cit.*, p. 130). Vale ressaltar também, como fez Kevin Murphy em sua polêmica com Eric Hobsbawm, o fato pouco divulgado de que os Bolcheviques buscaram um governo multipartidário após a tomada do poder (cf. Murphy, K. “Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm” [2007]. Traduzido por Sean Purdy. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 17, 1º semestre de 2008, p. 55), e que de fato se concretizou uma democracia pluripartidária no regime soviético durante esse período, inclusive com partidos ligados a ações contrarrevolucionárias tendo representantes eleitos no Comitê Executivo Central do novo governo (cf. Johnston, M. *Op. cit.*, p. 132 e 133).

<sup>123</sup> Groppo, B. *Op. cit.*, p. 115.

<sup>124</sup> *Id. Ibid.*, p. 121.

<sup>125</sup> *Id. Ibid.*, p. 125.

*rupturas* no processo de formação da União Soviética, reduzindo assim o real impacto as profundas transformações possibilitadas pela Revolução de Outubro.

O mesmo tipo de “determinismo monocausal” que Cohen criticou na historiografia norte-americana das décadas de 1950 e 1960 pode ser encontrado nos trabalhos dos formuladores dessa nova tese da continuidade. Tal qual seus precedentes totalitaristas, os atuais proponentes da tese da continuidade “pasteurizam” processos extremamente diversificados, para dessa forma fortalecer sua negação da “ruptura” enquanto um paradigma historicamente válido e, conseqüentemente, da própria revolução enquanto acontecimento real.

Mas, no lugar de fatores como “fanatismo” ou “maldade intrínseca”, esses pesquisadores buscam um patamar levemente superior de sofisticação no âmbito “cultural” e das “mentalidades”, a partir do qual se estabeleceria a continuidade entre czarismo e Bolchevismo/Stalinismo.

Vale ressaltar que o próprio Cohen já havia detectado em sua época que os estudos culturais – um campo extremamente fértil para a detecção da riqueza de possibilidades apresentada pela realidade social – também haviam adquirido um viés monocausal entre os historiadores “*cold warriors*”, atribuindo à esfera cultural russa/soviética a origem do regime stalinista<sup>126</sup>. A historiografia influenciada pelo revisionismo neoliberal de Furet segue visivelmente por um caminho semelhante, ainda que nela muitas vezes se faça ausente o conceito atualmente datado de “totalitarismo”, mais propício à lógica maniqueísta da Guerra Fria.

Outra forte semelhança entre tal vertente e os “*cold warriors*” é a uma posição de condenação da experiência soviética. Condenação essa pautada por vezes em uma tomada da *democracia burguesa* enquanto parâmetro não explícito de regime político ideal<sup>127</sup> – o que é um baluarte central do projeto neoliberal e do revisionismo que constitui seu braço historiográfico. A partir daí, seus membros tendem a encarar a experiência soviética como fadada ao fracasso, ao que adicionam o suposto peso das “tradições” autoritárias que permeariam a cultura russa e se faria especialmente presentes no programa e no modelo organizativo dos Bolcheviques. Essa posição é ainda alimentada pela tendência destes a ignorarem toda a multiplicidade de projetos presentes na década de 1920, além dos primeiros

---

<sup>126</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, p. 67.

<sup>127</sup> Cf., por exemplo, Holquist, P. *Op. cit.*, pp. 158-161 (onde enaltece o Governo Provisório) e Rittersporn, G. *Op. cit.*, p. 179.

anos da experiência soviética, radicalmente diferentes dos traços gerais que esta vai assumir de forma clara a partir da década de 1930<sup>128</sup>.

Dessa forma, apesar de todas as diferenças teóricas que temos com Furet, encaramos que este estava em grande medida certo ao afirmar que a divergência em torno das interpretações historiográficas acerca da Revolução Francesa partia de um “discurso de identidade”. Para o autor, as diferentes vertentes historiográficas tendiam a adotar os pontos de vista de determinados agentes do processo revolucionário, buscando defender suas causas e práticas. Como a Revolução Francesa seria um dos marcos fundadores do “Ocidente”, as análises acerca da mesma também seriam em parte uma análise acerca do presente dos historiadores que sobre ela se debruçavam<sup>129</sup> (análise que, deve-se ressaltar, não constitui nenhuma novidade para nós historiadores).

Encaramos que essa lógica se mantém extremamente válida em relação à Revolução Russa, que se tornou um marco político fundamental para o século xx. Entretanto, se Furet encarou – de forma um bastante ingênua – que o “fim” da experiência soviética permitiria um balanço sereno em relação a esta, acreditamos que a questão vá muito além da experiência soviética, uma vez que ela segue sendo reivindicada por uma ampla gama de tendências políticas que dificilmente deixarão de existir enquanto durarem as formações sociais capitalistas.

Assim, não podemos senão concordar com Kevin Murphy, quando alega que as divergências da historiografia soviética não se resumem a uma “questão de fontes” – que, ainda que abundantes atualmente, não bastarão para gerar um consenso fundamental no campo<sup>130</sup>. Isso é bastante visível quando se nota que adeptos tanto a corrente historiográfica predominante no passado, quanto de algumas minoritárias da atualidade, seguem por vezes uma via contrafactual. Via esta derivada de uma “questão de perspectiva política”, mais interessada na afirmação de determinados princípios do que na análise objetiva da realidade. Dessa forma, a crítica levantada por Furet contra os historiadores da Revolução Francesa pode ser perfeitamente aplicada a seus “discípulos” culturalistas – e, porque não, contra ele próprio.

---

<sup>128</sup> Cf. nota 98.

<sup>129</sup> Cf. Furet, F. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>130</sup> Cf. Murphy, K. “Podemos escrever a história da Revolução Russa?...”, *op. cit.*, p. 47.

## CAPÍTULO 2

### O MARXISMO COMO ALTERNATIVA

Após esse balanço da historiografia da Revolução Russa e da União Soviética, no qual privilegamos o debate em torno das vertentes que assumiram e assumem posições de hostilidade direta à experiência que é seu objeto, bem como o resgate das diversas contribuições da História Social para o campo, acreditamos ser necessário a apresentação de nossa posição. Pois, por mais que reivindicemos as contribuições do revisionismo dos anos 1960 e 1970, o retorno da *tese da continuidade*, agora sob a bandeira do revisionismo neoliberal de fins do século xx, demonstra a necessidade de uma historiografia capaz de carregar no centro de suas análises a rejeição dessa abordagem que busca atacar o paradigma da revolução social enquanto ruptura e alavanca de transformações históricas. E apenas o marxismo, com sua ligação intrínseca entre *análise* e *disputa* da realidade é que pode fornecer uma alternativa sólida.

#### **2.1. Para além do revisionismo: a necessidade de uma historiografia marxista**

Pois bem, buscamos aqui apresentar a tese da continuidade e contrapor pesquisas arquivísticas às suposições e postulados que sustentam tanto a sua versão totalitarista quanto sua nova forma “culturalista” e de matriz furetiana. Para tal, resgatamos contribuições produzidas pelo campo revisionista, cujas análises apontam de forma direta ou indireta para a existência de uma mudança significativa existente tanto entre os primeiros anos do regime soviético e o regime stalinista, quanto entre Bolchevismo e Stalinismo enquanto correntes políticas e modelos de partido.

Entretanto o campo revisionista também possui seus limites, como apontamos a partir de algumas críticas nossas. Acreditamos que esses limites têm a ver com o fato de a vertente revisionista ter-se definido principalmente pela *negativa*, isto é, pela sua oposição ao consenso predominante na historiografia de então – por mais que fosse unificada em torno de alguns princípios *metodológicos*, como a perspectiva de uma história “de baixo”.

Enquanto a escola totalitarista possuía um *modelo explicativo* para a compreensão da formação social soviética, o campo revisionista abarcou estudiosos que partiam de

paradigmas distintos e que possuíam referências teóricas díspares. Consequentemente, apesar de suas contribuições importantes para a historiografia da Revolução Russa e da União Soviética, ele não foi capaz de apresentar uma alternativa sólida ao modelo que contestou a partir de suas diversas pesquisas arquivísticas.

Essa “brecha” deixada pelo esforço revisionista certamente influenciou em alguma medida na atual configuração assumida pelo campo historiográfico. Após o *boom* de estudos revisionistas produzidos ao longo das décadas de 1960-1980, atualmente tal campo se assemelha mais a outras áreas temáticas dos estudos históricos: no lugar de uma tendência central que pautasse a maior parte dos estudos, consta uma considerável fragmentação<sup>131</sup>.

Certamente a riqueza *metodológica* só pode vir a contribuir para o acúmulo de conhecimento histórico, mas a fragmentação a qual nos referimos vai além de uma questão de métodos diferentes e complementares. Ela remete à ausência de uma alternativa *teórica* para se compreender a formação social soviética de forma devida.

Frente a essa ausência, alternativas diferentes se apresentaram nas últimas três décadas, sem que nenhuma tenha ainda conseguido uma posição hegemônica – uma situação contraditória, uma vez que atualmente há uma abundância de fontes que, a princípio, deveria levar a formação de uma convergência significativa que fosse empiricamente embasada. Assim, retomando as considerações de Kevin Murphy acerca da relação entre factualidade e teoria, pode-se afirmar que “vários fatores que moldaram o estudo acadêmico da Revolução Russa desde a queda da União Soviética comprometeram as vantagens decorrentes do acesso inédito aos arquivos”<sup>132</sup>.

Mas não podemos reduzir essa situação às especificidades do campo historiográfico aqui analisado. O quadro atual do mesmo, marcado pela fragmentação e pela ausência de um modelo explicativo que possua ampla aceitação, deriva não só das características presentes na constituição do campo revisionista, mas também reflete uma tendência epistemológica mais geral.

Diversos pensadores e pesquisadores apontaram, a partir do anos 1960, como que uma reação à popularidade então obtida pelo marxismo dentro e fora do ambiente acadêmico levou

---

<sup>131</sup> Ângelo Segrillo, por exemplo, reconhece quatro tendências principais nesse campo historiográfico atualmente: uma que busca o resgate e a reafirmação das posições totalitaristas (em grande parte partindo do pressuposto de que o fim da União Soviética representou a confirmação de suas teses); outra que busca um aprofundamento dos estudos assentados na História Social (que pode ser entendido enquanto a continuidade do esforço revisionista); uma terceira, que privilegia os estudos “regionais”, em um esforço de preencher uma enorme lacuna criada pelo frequente foco nos grandes centros urbanos; e, por último, uma quarta diretamente influenciada pela chamada “virada linguística” (*linguistic turn*) e pelos paradigmas pós-modernos centrados nas questões culturais. Cf. Segrillo, Â. *Op. cit.*, pp. 79-85.

<sup>132</sup> Cf. Murphy, K. “Podemos escrever a história da Revolução Russa?...”, *op. cit.*, p. 49.

a uma hostilidade à modelos teóricos que buscavam abordar a realidade enquanto uma totalidade marcada por forças determinantes – ou seja, centralmente, contra vertentes do marxismo. Por mais que essa reação tenha se dado em grande parte contra uma *vulgata* do marxismo, marcada por simplificações exageradas que negavam o papel de agente histórico ao seres humanos, fato é que ela acabou por se constituir enquanto um ataque às propostas de uma relação direta entre modelos teóricos e estudos empíricos e a qualquer tentativa de estabelecer uma racionalização para a realidade histórica e social, se posicionando assim contra o reconhecimento da cognoscibilidade do real e a objetividade do saber histórico<sup>133</sup>.

Apesar dessa atual hostilidade à teoria em geral e ao marxismo em específico, bem como da (renovada) hostilidade à Revolução Russa, que se seguiu aos processos de restauração capitalista no Leste Europeu e na própria União Soviética, muitos dos estudos revisionistas vieram a corroborar as análises marxistas produzidas nas décadas de 1920 e 1930. Estas, mesmo tendo se alicerçado em modelos teóricos elaborados a partir de observações *in loco* e dados extremamente limitados, apresentava uma elevada sofisticação, diferente da *vulgata* que passou a predominar nas décadas seguintes, a partir da forte influência Stalinista na União Soviética e no movimento operário internacionalmente.

Como reconhece Stephen Cohen, os estudos mais elaborados acerca das origens do Stalinismo não começaram no meio acadêmico<sup>134</sup>. Enquanto este era progressivamente dominado por uma narrativa única e consensual, baseada em um paradigma determinista e simplificador, o movimento operário produzia estudos bastante diversificados e ricos em sofisticação, que buscavam aliar análises teóricas com a realidade empírica – muitas vezes, é verdade, limitada à sua própria vivência ou a fontes primárias que necessitavam de uma “filtragem” significativa, como a imprensa oficial soviética. Suas especulações entretanto, se mostraram muito mais válidas quando, graças ao esforço revisionista, documentos e arquivos foram compilados e utilizados enquanto fontes de estudos baseados em uma perspectiva de História Social.

Que partiu da esquerda militante a iniciativa de apresentar uma análise histórica e social do fenômeno stalinista, muitos revisionistas reconheceram à sua época. Entretanto, raramente se apropriaram destas contribuições. Sem dúvidas cumpriu certo papel de peso na rejeição desse material pelo meio acadêmico o fato dele ser em geral baseado em perspectivas

---

<sup>133</sup> A esse respeito, cf. a coletânea Wood, E. M. & Foster, J. B.. (ed.). *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda*. New York: Monthly Review Press, 1997. Alguns ensaios curtos também merecem ser citados, dado sua capacidade de síntese, como Deutscher, I. “Marxism in Our Time” [1965]. In: *Marxism in Our Time* (ed. Tamara Deutscher). Londres: Cape, 1972. E Costa, E. “A dialética invertida: 1960-1990”. *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, 1994, p.9-26.

<sup>134</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, p. 65.

marxistas e por costumarem ter ligações diretas com programas de ação política. Mesmo com a confirmação de muitas das análises marxistas, até hoje as tendências que partem de uma perspectiva dialética e materialista possuem uma posição extremamente marginal dentro da historiografia da Revolução Russa.

Assim, encaramos ser necessário mais do que um resgate dos estudos revisionistas, mas também a apresentação de uma alternativa teórica à tentativa de resgate da tese da continuidade e a outras formas de hostilidade renovada à experiência soviética, o que passa por um combate pelo estabelecimento de um campo marxista no seio desse campo historiográfico. E o primeiro passo para tal deve ser o resgate daquelas análises e modelos teóricos que se mostraram mais corretos ante os dados acumulados em todos esses anos de estudos arquivísticos, possibilitando assim o reencontro da teoria com as análises de fontes. Conforme afirmou Kevin Murphy:

Não deveria nos chocar que historiadores ocidentais estejam tentando novamente vincular Outubro ao stalinismo. A interpretação ideologicamente seletiva da era revolucionária não é casual. Mas o crescente conservadorismo da historiografia não poderia ter ocorrido sem o fracasso relativo da esquerda em conter a ofensiva. Eu sugeriria que o isolamento dos argumentos marxistas convencionais é, em parte, nossa própria culpa. O número de historiadores marxistas da Revolução Russa é reduzido [...]. Nós não podemos conceder essa história aos anticomunistas. Mas novamente não estamos começando do zero. Apoiamo-nos nos ombros de uma tradição muito rica que, apesar de 16 anos de acesso aos arquivos, ainda não foi superada pela academia.<sup>135</sup>

Entretanto, a tarefa de criação de um pólo marxista dentro da historiografia da Revolução Russa e da União Soviética não é simples, pois o campo epistemológico do marxismo está longe de um consenso acerca da formação social soviética<sup>136</sup> – mesmo que seus adeptos compartilhem alguns fundamentos básicos, como a necessidade de uma análise materialista e de uma perspectiva dialética da realidade<sup>137</sup>.

Dentre os estudos acerca da formação social soviética, encaramos que os que apresentam maior capacidade explicativa são aqueles realizados por Leon Trotsky. Partindo da caracterização desta enquanto um “Estado operário”, Trotsky defende a tese segundo a qual teria ocorrido uma mudança qualitativa em seu regime político em fins da década de

---

<sup>135</sup> Murphy, K. “Podemos escrever a história da Revolução Russa?..”, *op. cit.*, pp. 64-65.

<sup>136</sup> Para um resumo de algumas das linhas de análise existentes, cf. Fernandes, L. “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados do Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”. *Boletim de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre de 1995.

<sup>137</sup> A esse respeito, cf. ensaios como os capítulos 9 a 13 da coletânea de Eric Hobsbawm, *Sobre História* (Traduzido por Cid Kniple Moreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011) e Fontana, J. “Os marxismos”. In: *A história dos homens, cit.*, p. 309-341.

1920, marcado pela expropriação política do proletariado por uma casta burocrática (*nomenklatura*).

Sem pretendermos esgotar o debate, encaramos ser essencial o resgate do modelo teórico elaborado por Trotsky, uma vez que este permite 1) a compreensão das peculiaridades estruturais da União Soviética, que a diferenciam das formações sociais capitalistas; e 2) uma análise materialista da burocracia que passou a dominar o aparelho jurídico-político após a primeira década de existência da URSS.

Muitas das contribuições que acreditamos estarem contidas nos estudos dos revisionistas encontraram uma barreira fundamental justamente nesses dois pontos. A falta em suas análises de um arcabouço teórico e conceitual capaz de apresentar uma racionalização das vinculações existentes entre a burocracia soviética e formação social sob a qual seu regime se sustentava levou a diversas confusões, principalmente em relação aos motivos que estariam por detrás da coletivização forçada de 1929-30, que muitos encaram como o momento da ruptura fundamental do Stalinismo com o Bolchevismo. Vejamos então no que consiste a análise de Trotsky e os conceitos dela derivados. Antes, porém, analisemos as contribuições de Lenin que a elas precederam em certos aspectos, no curso de sua luta contra a burocracia soviética e a burocratização da nascente formação social criada pela Revolução de Outubro.

\*\*\*

Conforme reconhecem a maior parte dos pesquisadores revisionistas, ocorreu uma progressiva burocratização dos aparelhos de Estado e do Partido Comunista após os primeiros anos da revolução. Situação essa proporcionada tanto pela condição ainda incipiente do capitalismo russo pré-revolução, o que implicava uma economia majoritariamente agrária e um predomínio numérico do campesinato frente às demais classes; quanto pelo enorme desgaste causado pela Guerra Civil, na qual uma parcela considerável da já pequena classe trabalhadora russa foi mobilizada para os fronts, esvaziando assim os órgãos coletivos de decisão e gestão. A esses dois fatores ainda se soma o fato de uma enorme massa camponesa, até recentemente iletrada, ter migrado para as cidades e adentrado no aparelho administrativo do Estado, onde já atuava uma burocracia herdada da máquina czarista e sem muitas simpatias pelos projetos revolucionários<sup>138</sup>.

---

<sup>138</sup> Cf., por exemplo, Lewin, M. *Lenin's Last Struggle*, cit., p. 3-20.

Diferentemente do que gostariam de acreditar os defensores da(s) tese(s) da continuidade, ainda nos anos 1920 diversos quadros do Partido Comunista reconheceram o peso desses fatores sobre a nascente formação social soviética e constataram as tendências burocráticas então em curso, demonstrando uma grande preocupação com a crescente substituição do controle político do proletariado pela autonomia dessa burocracia.

Apesar de nosso foco recair sobre as análises de Leon Trotsky, sintetizadas em sua obra “A Revolução Traída” (1936), foram vários os militantes do Partido Comunista que se debruçaram sobre essa questão e seria necessário um longo estudo para mapear todas as posições apresentadas<sup>139</sup>. Principalmente porque ela não foi alvo de um debate pontual, tendo se feito presente em muitas das disputas que marcaram o interior do Partido Comunista ao longo da década de 1920, e se intensificado conforme ficava claro que a Revolução Russa não seria imediatamente seguida por revoluções nos países centrais do capitalismo – e, conseqüentemente, que seria necessário lidar com as contradições internas para garantir a sobrevivência da nova formação social ante seu isolamento internacional<sup>140</sup>.

Nessas disputas, frequentemente os fatores *gestão econômica* e *poder político* estavam extremamente entrelaçados, com as diferentes frações ou pólos políticos defendendo propostas que buscavam aliar soluções para o desenvolvimento das forças produtivas do país com um aprofundamento (ou retomada) da democracia na gestão proletária da política e da economia, através de uma perspectiva de *reforma* dos órgãos do Estado soviético.

Apesar de não ser nossa intenção realizar um estudo de como Trotsky chegou à forma final de suas análises dos anos 1930, o que demandaria lidar com todos esses debates aos quais aludimos, é válido resgatarmos resumidamente as contribuições de Lenin, uma vez que suas análises continham em germe alguns aspectos centrais do que aquele apresentou mais tarde<sup>141</sup>.

## **2.2. A luta de Lenin contra a burocracia: fonte de precedentes analíticos**

---

<sup>139</sup> Para um esforço que converge parcialmente nesse sentido, cf. a história do Partido Bolchevique escrita por Pierre Broué (*El partido bolchevique* [1962]. Traduzido por Ramón García Fernández. Madrid: Editorial Ayuso, 1973).

<sup>140</sup> Entre tais disputas destacaram-se especialmente a assim chamada “polêmica sobre os sindicatos”, ocorrida ao longo de 1920-21, e as disputas fracionais de 1923-24 e 1926-27, acerca do regime interno do partido e dos rumos econômicos do país.

<sup>141</sup> Nossa escolha pro apresentar algumas das análises de Lenin em específico, quando poderíamos também ter escolhido outros quadros Bolcheviques como Preobrazhensky ou Christian Rakovsky, se justifica pelo nosso foco historiográfico em combater a tese da continuidade, segundo a qual Stalin e o fenômeno stalinista não seriam qualitativamente diferente de Lenin e do Bolchevismo, ou seriam sua decorrência lógica.

Segundo uma avaliação sua registrada por volta de 1923, que reconhecia a distância entre a realidade soviética e as previsões teóricas de sua obra “O Estado e a Revolução” (1917), “os soviets, que de acordo com seu programa eram órgãos de governo *dos trabalhadores*, são na prática apenas órgãos de governo *para os trabalhadores* pela seção mais avançada do proletariado, mas não pelas próprias massas trabalhadoras”<sup>142</sup>. E se o Partido Comunista havia tomado o lugar do proletariado, substituindo o papel de agente da classe pelo de sua vanguarda política, por sua vez esta estava sendo progressivamente substituída pela burocracia administrativa, como Lenin reconheceu ao tratar do quadro na capital soviética: “Moscou: 4700 líderes comunistas e uma massas de burocratas. Quem está liderando e quem está sendo liderado? Eu duvido muito que se possa dizer que os comunistas estão liderando. Eu penso que se possa dizer que eles estão sendo liderados”<sup>143</sup>.

Essa crescente autonomização da burocracia estatal sobre o Partido Comunista e sobre as massas proletárias e camponesas de que fala Lenin já havia sido por ele constatada em 1920-1921 e expressa durante a “polêmica sobre os sindicatos”. Na ocasião, o líder bolchevique descreveu União Soviética como sendo um “Estado operário com deformações burocráticas” – conceito que englobava a definição estrutural da formação social soviética, marcada pela expropriação política da burguesia a partir da destruição de seu aparelho de Estado em outubro de 1917, ao mesmo tempo em que reconhecia a situação de autonomização da burocracia estatal e a apontava enquanto um desvio (“deformação”) do projeto revolucionário<sup>144</sup>.

No decurso da polêmica acerca do papel dos sindicatos no pós-revolução, tal constatação o levou a adotar a posição de que estes deveriam ser independentes do Estado soviético e atuar como órgãos de massa que defendessem os interesses econômicos dos trabalhadores, constituindo-se enquanto vigias de tal Estado<sup>145</sup>.

Alguns meses depois, o quadro se complicaria ainda mais, com a supressão das liberdades democráticas dentro do Partido Comunista (a supressão do direito à formação de frações internas) e a perseguição aos partidos de oposição (via fechamento de seus jornais e prisão de militantes) – medidas adotadas em seguida à revolta dos marinheiros de Kronstadt, em março de 1921<sup>146</sup>. Entretanto, estas foram, em reiteradas declarações, tidas como

---

<sup>142</sup> *Apud* Lewin, M. *Op. cit.*, p. 6. Grifo do original. Cf. também as observações em Lenin, V. *Op. cit.*, p. 32.

<sup>143</sup> *Apud* *Id.*, *ibid.*, p. 10.

<sup>144</sup> Cf. Trotsky, L. *Em defesa do marxismo* [1942]. Traduzido por Luís Carlos Leiria e Elisabeth Marie. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, p. 164.

<sup>145</sup> Cf. Hegedüs, A. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”. In: Hobsbawm, E. (org.). *Op. cit.*, v. 7, 1986, pp. 21-27.

<sup>146</sup> Cf. Johnstone, M. *Op. cit.*, pp. 134.

excepcionais e temporárias, e esperava-se que o desenvolvimento econômico proporcionado pela NEP pudesse estabilizar a situação do pós-guerra civil e possibilitar, assim, o restabelecimento da democracia para a oposição e para o interior o Partido Comunista, bem como alavancar o nível cultural das massas e restabelecer sua ampla participação na decisão acerca dos rumos do país<sup>147</sup>.

Nos anos seguintes, entretanto, essas expectativas não estavam se concretizando. Apesar de a NEP ter suprimido temporariamente o papel de gestor direto da economia que o Estado soviético havia assumido ao longo do chamado “comunismo de guerra”, implementado durante a Guerra Civil, continuou a existir uma vasta rede administrativa ao nível dos novos trustes e cartéis a partir dos quais uma economia de mercado havia sido estabelecida dentro de limites controlados. Essa rede possuía aparelhos que estavam em plena expansão e complexificação, atendendo às demandas da multiplicidade de atividades econômicas que então surgiam. Assim, diferente das previsões de Lenin, a NEP acabou aprofundando a tendência anterior à burocratização do controle da produção, via substituição do modelo de eleição de delegados gestores com cargos revogáveis por um modelo verticalizado de nomeações<sup>148</sup>.

Frente a esse quadro de burocratização que seguia se agravando, os últimos escritos de Lenin foram muito marcados pela preocupação com o que ele próprio chamava de “problema do aparelho de Estado”. Esse problema remetia ao que se encarava enquanto um inchaço dos órgãos administrativos, que possuíam um número muito maior do que supostamente seria necessário, além de serem profundamente marcados pela ineficiência, que se acreditava ser decorrente de um baixo nível cultural da população e, conseqüentemente, dos funcionários administrativos empregados. A isso se somava ainda a autonomização desses órgãos frente à classe trabalhadora e aos camponeses, além do crescimento dos privilégios da burocracia<sup>149</sup>.

Assim, do final da Guerra Civil, em 1921, até sua retirada forçada da política, por conta de um grave quadro de saúde, Lenin formulou diversas propostas que visavam reverter as tendências burocráticas em curso, através de uma reforma aparelho de Estado e de mudanças no próprio Partido Comunista – então já consideravelmente ligado a esse aparelho e dominado pelos “homens do aparato” (*apparatchiki*). Nessas propostas, predominava a preocupação com o fato de tal aparelho ter sido em grande parte herdado do czarismo e da

---

<sup>147</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 134-135.

<sup>148</sup> Cf. Hegedüs, A. *Op. cit.*, pp. 39-41.

<sup>149</sup> Cf. Lenin, V. *Op. cit.*, *passim*.

burguesia, sendo necessária sua ampla transformação<sup>150</sup>. Essa questão da transformação do aparelho de Estado adquiriu grande importância para Lenin, a ponto de ter afirmado em novembro de 1922 que

A tarefa mais importante do presente momento, e dos próximos anos, é a diminuição e o barateamento sistemático do aparelho soviético, por meio de cortes, de uma organização mais aperfeiçoada, da eliminação da burocracia, do burocratismo e da diminuição dos gastos improdutivos. [...] <sup>151</sup>

Um fator que Lenin enxergava como central nessa reforma antiburocrática do Estado soviético era a necessidade de uma profunda transformação cultural, uma verdadeira “revolução cultural” que permitisse atingir uma maior eficiência administrativa. Em um artigo de janeiro de 1923, ele afirmou que

[...] Essa mudança radical [de todo o nosso ponto de vista sobre o socialismo] consiste em que anteriormente colocávamos e deveríamos colocar o centro de gravidade na luta política, na revolução, na conquista do poder etc. Mas agora o centro de gravidade desloca-se e transfere-se para o trabalho pacífico de organização “cultural”. [...] <sup>152</sup>

Mas, como uma mudança dessas não se daria rapidamente, Lenin fez diversas propostas de caráter imediato. Para o Partido Comunista, essas propostas focavam em uma maior rigidez no ingresso de novos membros (com uma considerável extensão do período de experiência e prioridade para camponeses e operários fabris), para que se evitasse a entrada de “carreiristas” interessados em vantagens e privilégios; em punição exemplar aos comunistas que cometessem delitos, para que se coibisse atos de predileção e proteção destes pelas autoridades do Estado; além de uma reforma no Comitê Executivo Central do partido, para que se evitasse o predomínio nele de militantes que fossem funcionários do Estado e, portanto, materialmente ligados à burocracia administrativa<sup>153</sup>.

Analogamente, as propostas de Lenin em relação ao aparelho de Estado também focavam em um combate aos privilégios dos funcionários e na renovação de pessoal, através do ingresso nos organismos administrativos de operários e camponeses que não tivessem exercido funções burocráticas nos anos anteriores, para que se evitasse os “vícios” da burocracia<sup>154</sup>.

---

<sup>150</sup> Cf. Lenin, V. *Op. cit.*, p. 76, 82, 105 e 110.

<sup>151</sup> *Id. Ibid.*, p. 62.

<sup>152</sup> *Id. Ibid.*, pp. 99-100.

<sup>153</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 29-32, 43-44 e 48.

<sup>154</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 58-59, 62 e 76.

A essas ações também se somavam a contenção de medidas de exceção, como a limitação das funções da polícia política (*Cheka*). Já no que diz respeito ao esforço de melhorar a eficiência administrativa e coibir os desvios burocráticos, Lenin apostou consideravelmente na atuação “corretiva” da *Rabkrin* (Inspeção Operária e Camponesa), órgão originalmente criado para supervisionar o funcionamento do Estado e que possuía uma estrutura de massas, com eleições de delegados e amovibilidade de cargos. Frente ao baixo desempenho da *Rabkrin* ao longo dos anos 1921-23, Lenin chegou mesmo a propor sua fusão com a Comissão Central de Controle, que desempenhava função semelhante no interior do partido e que contava com grande prestígio, fazendo com que o Partido Comunista desempenhasse assim um papel de vigia sobre a burocracia administrativa<sup>155</sup>.

Esses esforços de reforma, entretanto, fracassaram em grande parte. Até mesmo a *Rabkrin*, cuja ação deveria ter sido o símbolo maior das mudanças a serem implementados no aparelhos de Estado, acabou se tornando tão somente mais um organismo dominado por uma camada de administradores com interesses próprios e distintos daqueles das massas trabalhadores e camponesas<sup>156</sup>. O esforço de Lenin, todavia, fornece um poderoso argumento contra aqueles que vêem uma continuidade fundamental entre seu pensamento e os verdadeiros crimes cometidos pelo regime stalinista que se ergueu nos anos seguintes à sua morte. Sua luta e os escritos que produziu no decorrer dela também constitui uma importante fonte de precedentes analíticos para se pensar a burocratização da formação social soviética, tópico sobre o qual Trotsky se debruçou com vigor.

Mas, apesar de apontarmos as contribuições de Lenin como precedentes importantes, não é nossa intenção criar uma ligação direta entre suas análises e aquelas elaboradas por Trotsky. Por mais que os dois estivessem unidos na luta contra a burocratização crescente do Partido Comunista e do Estado soviético, suas análises desse processo foram bastante distintas. Enquanto Trotsky analisou as especificidades conjunturais e estruturais que teriam levado ao que nomeou de “reação termidoriana”, Lenin nunca chegou a elaborar uma análise que poderíamos nomear de “sociológica” acerca desse processo – até porque, tendo falecido em 1924, só pode ver seus momentos iniciais, diferentemente de Trotsky, que viu o ápice de tal processo e foi inclusive uma de suas vítimas.

Assim, enquanto Trotsky elaborou um sofisticado modelo analítico e conceitual para dar conta da nova realidade da formação social soviética vista a partir de meados dos anos 1920 e, principalmente, da década de 1930, Lenin encarou a burocracia e a burocratização

---

<sup>155</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 105-110.

<sup>156</sup> Cf. Hegedüs, A. *Op. cit.*, p. 43.

soviéticas centralmente enquanto um resquício da sociedade czarista, passível de ser eliminado através de reformas vindas do topo do regime. Para ele, a burocracia seria basicamente uma excrescência parasitária *herdada* do czarismo e potencializada pelos problemas enfrentados pela União Soviética em seus primeiros anos. Ainda que a análise de Trotsky absorva essa percepção de Lenin, ela contemplava também (e centralmente) a avaliação da burocracia enquanto fruto dos problemas enfrentados pela nova formação social, como veremos a seguir. Mas suas análises são indubitavelmente, ainda que de forma limitada e em um sentido mais abstrato, herdeiras das elaborações e, principalmente, da luta anti-burocrática travada por Lenin em seus últimos momentos de vida.

### **2.3. Leon Trotsky e o Stalinismo enquanto “reação termidoriana”**

Uma vez que essa burocracia se tornava cada vez mais autônoma em relação ao proletariado e que direcionava a administração estatal de acordo com seus interesses enquanto grupo social, a luta pela reforma iniciada por Lenin assumiu caráter de confronto aberto entre alas distintas do Partido Comunista. Foi nesse contexto que, em 1923, se formou a “Oposição de Esquerda”, da qual Trotsky era uma das figuras principais e que tinha como plataforma a retomada da democracia interna do Partido e dos *soviets* como via de combate às tendências burocratizantes, contrapondo-se ao “triunviratum” (ou *troika*) dirigente – formado por Stalin, Kamenev e Zinoviev, e com o apoio de Bukharin.

Após sua derrota no XIII Congresso do Partido Comunista, em 1924, uma nova batalha foi travada entre 1926-27, com a unificação de diversos setores na chamada “Oposição Unificada”, que contava com membros da antiga “Oposição de Esquerda” e, dentre outros, Kamenev e Zinoviev – que haviam rompido com Stalin e formado a “Nova Oposição”. Mas essa segunda batalha também terminou em derrota, no XV Congresso, realizado em 1927, e levou a expulsão da maioria dos opositores.

Pode-se ver que Trotsky dedicou a maior parte da sua militância ao longo da década de 1920 a compreender a situação da União Soviética e a lutar por uma reforma do PC e do aparelho de Estado<sup>157</sup>. Foi ao longo desses anos de oposição interna que ele formulou os

---

<sup>157</sup> O fato de Trotsky ter participado de intensas lutas internas advogando uma posição próxima daquela expressa por Lenin ao longo de 1921-23, e de ter dedicado o resto de sua vida a aprofundar e defender sua política antiburocrática, não deve obscurecer o fato de sua posição sobre a autonomização do aparelho de Estado soviético e do Partido Comunista em relação às massas ter sido muito diferente ao longo dos anos de guerra civil (1918-1921). No período em questão, enquanto Lenin se tornava cada vez mais preocupado com essa tendência, Trotsky defendia posições que na prática as fortaleceriam, pois advogava abertamente pela nomeação vertical para os órgãos administrativos e de gestão produtiva, além da substituição das massas pelo partido e da

principais elementos de sua análise que culminaria na sua já mencionada *magnum opus* acerca da formação social soviética, “A Revolução Traída” (1936).

Tal obra consiste em uma análise detalhada de diversos aspectos da realidade social e política da União Soviética e de uma fugaz crítica política do Stalinismo. Diversas dessas análises, não obstante o fato de terem sido precariamente sustentadas por relatos pessoais e por fontes problemáticas (na sua maioria, dados produzidos pelo próprio regime e suscetíveis à distorções e omissões), se mostraram corretas a partir dos frutos produzidos pelo esforço revisionista, demonstrado assim o grande potencial do arcabouço teórico-conceitual por detrás delas. O campo revisionista, entretanto, em muitos sentidos subaproveitou o conteúdo de tal obra, que mais do que muitas das produções acadêmicas revisionistas, demole qualquer tese da continuidade ao tratar o fenômeno stalinista e a formação social soviética em suas devidas especificidades sociais e históricas. Em um esforço de resgate, vejamos então seu conteúdo, somado a alguns outros escritos que a ela se seguiram.

Com as contínuas derrotas sofridas pelos que defendiam a perspectiva de reforma do aparelho de Estado soviético, e com o fortalecimento das tendências burocratizantes, a partir de 1933 Trotsky declarou tais tendências haviam se consolidado, com o acúmulo de mudanças quantitativas tendo assumido um caráter de *mudança qualitativa*.

As “deformações burocráticas” detectadas por Lenin no início dos anos 1920 teriam crescido e solidificado, levando a um novo regime jurídico-político, assentado sobre as bases sociais estabelecidas a partir da Revolução de Outubro. Este regime seria caracterizado pela expropriação do poder político do proletariado enquanto classe pela burocracia do Estado e do Partido, então já praticamente uma só. Em alusão à Revolução Francesa, Trotsky caracterizou tal processo enquanto uma *reação termidoriana* – uma contrarrevolução dentro da revolução. E classificou o regime stalinista enquanto *bonapartista*, por ser marcado pela autonomização em relação às classes. Nas suas próprias palavras, a caracterização da União Soviética enquanto um “Estado operário degenerado” derivaria dos seguintes fatores centrais:

[...] 1) Aqueles traços que em 1920 constituíam uma “deformação burocrática” do sistema soviético se transformaram agora num regime burocrático independente, que devorou os soviets; 2) A ditadura da burocracia, incompatível com as tarefas internas e internacionais do socialismo, introduziu e continua introduzindo deformações profundas na vida econômica do país; 3) basicamente, no entanto, o sistema da economia planificada, sobre a base da propriedade estatal dos meios de

---

militarização do trabalho. (Cf. Deutscher, I. *Trotsky: o profeta armado, 1879-1921* [1954]. Traduzido por Waltensir Dutra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, Capítulo XIV). Essa diferença de posição levou, por exemplo, ao conflito entre Trotsky e Lenin durante a “polêmica sobre os sindicatos” (cf. nota 119).

produção, conservou-se, e continua sendo uma conquista colossal da humanidade. [...]<sup>158</sup>

Pode-se ver que essa sua caracterização consistia em uma definição dupla, que abarcava simultaneamente o caráter de classe e o regime político da formação social soviética. Apesar de mudança de regime para a qual apontava enquanto uma “degeneração burocrática”, Trotsky encarava que o caráter de classe do Estado não havia se alterado. Para ele, a definição do caráter de classe *proletário* do Estado soviético era central. Tanto que, no que acabaram por ser seus últimos anos de vida, se dedicou a travar uma dura batalha contra um setor da Quarta Internacional<sup>159</sup> que propôs o abandono dessa análise, defendendo que a União Soviética teria se transformado em um nova formação social “não burguesa e não operária”<sup>160</sup>.

Essa sua análise do caráter de classe do Estado se baseava em dois pilares explicativos que se complementares: a defesa de que as formas de propriedade da União Soviética não haviam sido alteradas pelo processo de degeneração burocrático; e de que a burocracia governante à frente do regime bonapartista não era uma nova classe, mas sim um *casta* originada a partir da classe proletária. Vejamos cada um de forma mais aprofundada.

Em uma passagem sintética de “A Revolução Traída”, Trotsky afirmou que “a nacionalização da terra, dos meios de produção industrial, dos transportes e de troca junto com o monopólio do comércio exterior constitui a bases da sociedade soviética”<sup>161</sup>. Essas relações de propriedade, marcadas pela coletivização dos meios de produção realizada pela Revolução de Outubro, seriam para ele a principal base para a definição do caráter de classe *proletário* da formação social soviética, independente do regime stalinista. Conforme afirmou em uma polêmica de 1937, para ele, “a natureza de classe do Estado define-se, não por suas *formas políticas*, mas sim por seu *conteúdo social*, ou seja, pelo caráter das formas de propriedade e das relações de produção que o Estado em questão protege e defende”<sup>162</sup>.

---

<sup>158</sup> Cf. Trotsky, L. *Em defesa do marxismo* [1942]. Traduzido por Luís Carlos Leiria e Elisabeth Marie. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011, pp. 166-167.

<sup>159</sup> Fundada em 1938, como alternativa ao que seus partidários encaravam ser a falência definitiva da Terceira Internacional/Internacional Comunista. Seu documento programático, escrito pelo próprio Trotsky e aprovado integralmente por sua Conferência de Fundação, sintetizava em dada seção a caracterização deste acerca da União Soviética. Cf. Trotsky, L. *O programa de transição para a revolução socialista* [1938]. Traduzido por Elisabeth Marie e Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, pp. 64-71.

<sup>160</sup> Tal setor se expressou através das tendências “Burnham-Carter” (1937) e “Burham-Shachtman” (1940) do SWP (*Socialist Workers Party*, seção norte-americana da nova organização internacional). Para uma seleção de documentos acerca da disputa de 1940, cf. Trotsky, L. *Em defesa do marxismo*, *cit.*

<sup>161</sup> Trotsky, L. *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS* [1936]. Traduzido por Henrique Canary, Paula Maffei e Rodrigo Ricupero. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, p. 223.

<sup>162</sup> *Id.* *Em defesa do marxismo*, *cit.*, p. 256.

Trotsky ainda fundamentava sua definição do caráter de classe da União Soviética através de alguns argumentos lógicos que possuíam um grande peso político, demonstrando assim o quão entrelaçado estava sua análise com seu programa. Partindo da premissa anterior, afirmava que, caso a burocracia fosse derrubada por um partido proletário revolucionário, este teria como tarefas principais o restabelecimento da democracia nos sindicatos e nos *soviets*, o restabelecimento das liberdades dos partidos soviéticos e o expurgo da burocracia dos aparelhos do Estado. Entre suas tarefas não constaria, portanto, uma alteração das formas de propriedade então vigentes, donde a caracterização dada a tal processo/estratégia de *revolução política*<sup>163</sup>.

Já no caso de ser um partido burguês contrarrevolucionário a derrubar a burocracia, este teria como tarefa principal uma (*contra*) *revolução social*, que restaurasse a forma privada de propriedade dos meios de produção<sup>164</sup> – donde a sua fórmula “Stalin derrubado pelos trabalhadores: é um grande passo para o socialismo. Stalin eliminado pelos imperialistas: é a contrarrevolução que triunfa”<sup>165</sup>.

Estruturando essa sua análise na constatação de que as formas de propriedade estabelecidas pela Revolução de Outubro não haviam sido alteradas, em diversos momentos Trotsky precisou argumentar contra análises que buscavam igualar essa propriedade coletivizada à prática de estatização por vezes adotada por governos em Estados capitalistas. Contra esse tipo de análise – muito comum não só entre a escola totalitarista, mas também entre alguns historiadores revisionistas –, um de seus principais argumentos apontava para a necessidade de se distinguir entre uma medida pontual de estatização, frequentemente adotada com a intenção de salvar a economia capitalista de uma crise e, conseqüentemente “frear o desenvolvimento da técnica, sustentando empresas inviáveis e mantendo camadas sociais parasitárias”<sup>166</sup>; e uma expropriação econômica da burguesia, que eliminasse assim o capital privado.

Enquanto essa aproximação, a nosso ver indevida, entre propriedade socializada e estatização no contexto capitalista, levou por vezes a equiparações entre a economia soviética

---

<sup>163</sup> Cf. *Id. A Revolução Traída, cit.*, p. 226. A revolução política era a estratégia defendida pela Quarta Internacional em relação às tarefas políticas no interior da União Soviética (a esse respeito, cf. *Id., O programa de transição, cit.*, pp. 70-71).

<sup>164</sup> Cf. *Id. A Revolução Traída, cit.*, p. 227.

<sup>165</sup> *Id. Em defesa do marxismo, cit.*, p. 254.

<sup>166</sup> *Id. Ibid.*, p. 222. Ao contrário da sua avaliação acerca dos efeitos da estatização capitalista, Trotsky encarava que a coletivização da propriedade representava um avanço no desenvolvimento das forças produtivas, se comparado aos padrões capitalistas, por resolver a contradição entre o caráter coletivo da produção e o caráter privada da apropriação – ponto nodal da defesa marxista do socialismo. Nesse sentido, o primeiro capítulo de *A Revolução Traída* é dedicado justamente a realizar um balanço dos avanços produtivos obtidos pela União Soviética a partir da Revolução de Outubro. Cf. *Id. A Revolução Traída, cit.*, “I – O Que Foi Alcançado”.

e o estatismo fascista dentro da soviologia, Trotsky se antecipou em muitos anos às críticas revisionistas. Este apontou que, mesmo no contexto do “III Reich”, as estatizações em larga escala faziam do Estado não um proprietário das empresas, “mas apenas um intermediário entre seus proprietários”<sup>167</sup> – a burguesia alemã, que permaneceu a existir enquanto classe independentemente da autonomização do Estado sob o regime fascista e da eliminação (até mesmo física) de membros de algumas de suas frações.

Diferentemente, na União Soviética ocorreu a expropriação da burguesia *como classe* e a consequente eliminação do capital privado, ocasionada pela concentração da propriedade coletivizada sob a administração estatal. Dessa forma, conforme Trotsky apontou, era o Estado que desempenhava funções de “comerciante, banqueiro e industrial universal”<sup>168</sup>, impedindo assim o acúmulo individual de dinheiro para reinvestimento produtivo (ou mesmo especulativo, salvo em ações periféricas como trocas no mercado negro). Consequentemente era impossibilitada a concretização do que Marx nomeou de “fórmula geral do capital”, inviabilizando a formação (ou ressurgimento) de uma classe capitalista/burguesa nativa<sup>169</sup>.

Essa análise, entretanto, suscita o questionamento se a burocracia não seria uma nova classe proprietária, utilizando da sua posição de administradora no Estado para se apossar coletivamente dos meios de produção, caracterizando-se assim enquanto uma “burguesia estatal” ou uma nova classe equivalente. Ainda mais quando a essa sua posição inegavelmente possibilitou uma retenção de parte do sobreproduto soviético, que era adicionada ao seu rendimento, proporcionando-lhe assim privilégios diversos enquanto que muitos operários recebiam apenas um salário mínimo vital – fator este reconhecido pelo próprio Trotsky, mas sem prejuízos para a caracterização por ele defendida<sup>170</sup>.

Como vimos, essa posição da burocracia enquanto nova classe pode ser encontrada entre os historiadores revisionistas, como é o caso de Marc Ferro, bem como entre uma ampla

---

<sup>167</sup> *Id. Em defesa do marxismo, cit.*, p. 222.

<sup>168</sup> *Id. A Revolução Traída, cit.*, p. 90.

<sup>169</sup> Cf. Marx, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* [1867]. Traduzido por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, Seção II, Capítulo 4. Apesar da extinção do capital privado, o dinheiro foi introduzido e excluído da sociedade soviética algumas vezes ao longo das décadas de 1920 e 1930 (cf. Trotsky, L. *Ibid.*, p. 90). Entretanto, ele funcionava apenas como medida de valor para a realização de trocas (função equivalente universal), sendo impossibilitado pela forma coletivizada da propriedade e pelo controle estatal dos preços e do sistema financeiro de ser transformado em capital. Em determinado momento da vigência da planificação estatal, Trotsky alegou que os salários haviam até mesmo perdido qualquer base real de cálculo de valor em sua forma monetária, uma vez que ele era politicamente determinado – o que teria ocasionado problemas sérios de produtividade devido ao desestímulo dos trabalhadores (cf. *Id. Ibid.*, p. 94). Uma explicação alternativa pode ser encontrado em Mandel, E. “Why The Soviet Bureaucracy is not a New Ruling Class”. *Monthly Review*, 1979, pp. 63-89.

<sup>170</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 218.

gama de tendências políticas que se reivindicam marxista<sup>171</sup>. Uma caracterização correta da burocracia enquanto grupo social é de extrema importância (ao menos desde uma perspectiva marxista) para compreender determinadas ações suas que aparecem a muitos historiadores revisionistas como de difícil compreensão ou mesmo contraditórias – como os expurgos de 1930, que se voltaram contra uma ampla camada de administradores (portanto, setores da burocracia) ou a coletivização forçada das propriedades agrícolas.

Dada sua importância, Trotsky dedicou a essa questão uma profunda atenção. Para analisar a burocracia, ele partia do princípio segundo o qual “as classes são definidas pelo seu lugar na economia do sistema social e, antes de tudo, pela sua relação com os meios de produção”<sup>172</sup>. Nesse sentido, afirmou que, apesar da sua considerável autonomia política e das diferenças estruturais entre as formações sociais, a burocracia soviética estava no mesmo patamar sociológico que a burocracia capitalista – especialmente aquela dos regimes fascistas, também marcados por uma autonomização da superestrutura frente às relações de produção e a classes sociais conflitantes<sup>173</sup>.

Segundo Trotsky, a caracterização da burocracia enquanto categoria social se daria pela sua existência enquanto grupo que não desempenha funções diretamente produtivas, e sim funções de comando e administração<sup>174</sup>. No caso da burocracia soviética, esta seria uma “casta dirigente”<sup>175</sup> que se destacou do restante do proletariado ao se autonomizar e passar a atuar segundo seus interesses distintos daqueles da classe proletária.

Esse destacamento teria assumido formas particulares devido à especificidade da União Soviética ser um Estado operário e, conseqüentemente, seu aparelho administrativo estar diretamente ligado à gestão dos meios de produção. Uma vez beneficiada pela sua relação privilegiada com a riqueza produzida, a burocracia teria consolidado sua autonomização através da expropriação definitiva do poder político do proletariado<sup>176</sup>. Entretanto, ela não teria alterado a forma coletivizada da propriedade, o que implicaria a legalização da sua *posse* por indivíduos ou grupos seletos, no lugar de sua *administração* à revelia de formas democráticas de controle pelo proletariado.

Assim, Trotsky concluiu que “a burocracia não criou uma base social para a sua dominação, sob a forma de condições particulares de propriedade”, dependendo, portanto, da

---

<sup>171</sup> Cf. nota 44.

<sup>172</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 223.

<sup>173</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 223.

<sup>174</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 143.

<sup>175</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 142.

<sup>176</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 224.

defesa das formas de propriedades estabelecidas pela Revolução de Outubro e se estabelecendo de forma distorcida enquanto “um instrumento da ditadura do proletariado”<sup>177</sup>.

Como consequência de não ter alterado as formas de propriedade, a burocracia carecia de algo essencial a qualquer classe dominante, isto é, a sua capacidade de se reproduzir socialmente a partir das relações com os meios de produção:

[...] A burocracia não tem títulos nem ações. Ela é recrutada, suplementada e renovada como uma hierarquia administrativa, independentemente de qualquer relação de propriedade particular. O burocrata não pode transmitir aos seus herdeiros o seu direito à exploração do Estado. Os privilégios da burocracia são os abusos do poder. Ela esconde os seus rendimentos. Dissimula ou finge não existir como grupo social. *O seu domínio sobre uma parte enorme do rendimento nacional é um caso de parasitismo social.* [...] <sup>178</sup>

Essa caracterização da relação da burocracia soviética para com os meios de produção e o Estado como sendo um “parasitismo social” é um dos pontos-chaves para a compreensão desta enquanto categoria social dentro das análises de Trotsky. Encaramos que tal caracterização foi confirmada de forma contundente ao fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando a propriedade estatal soviética foi largamente privatizada, em um processo que beneficiou não só investidores estrangeiros (o capital imperialista), mas também altos mandatários soviéticos. Foi só então que estes passaram a ter uma relação de *posse* com a propriedade que até então *parasitavam*, estabelecendo-se jurídica e socialmente enquanto proprietários privados, e não mais administradores privilegiados<sup>179</sup>. Tal processo encontrou ainda resistência por parte de setores da burocracia soviética que se viram ameaçados por tal processo e buscaram estancá-lo através de um golpe de Estado<sup>180</sup>, confirmando assim certas análises de Trotsky sobre a possibilidade de um fracionamento da burocracia ante tentativas restauracionistas<sup>181</sup>.

Ao mesmo tempo em que argumentava contra aqueles que definiam a formação social soviética enquanto “capitalismo de Estado”, ou categorias equivalentes que não a diferenciavam qualitativamente dos países capitalistas, Trotsky também combateu as alegações do regime stalinista de que a URSS seria “socialista”. Em verdade, pode-se afirmar

---

<sup>177</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 224.

<sup>178</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 224. Grifo nosso.

<sup>179</sup> Cf. Cerdeira, B. “A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de uma polêmica.” *Revista Outubro*, n. 1. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 81-87.

<sup>180</sup> Nos referimos aqui à tentativa da assim chamada “linha dura” da *nomenklatura*, o autodenominado “Comitê Estatal de Emergência” (também conhecido como “Bando dos Oito”), que perpetrou um *putsch* fracassado contra o governo de Mikhail Gorbachev em fins de agosto de 1991. Cf. Hobsbawm, E. *Era dos extremos, cit.*, pp. 478-479.

<sup>181</sup> Cf. Trotsky, L. *O programa de transição, cit.*, pp. 68-69.

que “A Revolução Traída” é em grande parte uma resposta, desde uma perspectiva marxista, a estas alegações. Tal caracterização, proclamada pelo regime em 1931<sup>182</sup>, também foi amplamente reproduzida pela literatura acadêmica, às vezes adaptada para um tom mais hostil através da terminologia “socialismo real”<sup>183</sup>.

Contra essa terminologia e autocaracterização do regime, Trotsky contrapunha a impossibilidade, apontada nas obras dos próprios Marx e Engels, de se considerar enquanto socialista uma formação social cujo desenvolvimento das forças produtivas era inferior à daquelas capitalistas e que estava isolada em um único país. Dentro da tradição marxista clássica, considerou-se como “socialismo” uma fase de desenvolvimento de duração imprecisa, na qual a burguesia teria sido eliminada do poder político, mas ainda existiriam desigualdades sociais herdadas do capitalismo que necessitariam ser superadas para se atingir o comunismo<sup>184</sup>.

Nesse sentido, caracterizava a formação social soviética enquanto uma de *transição* entre o capitalismo e o socialismo, na qual ainda predominava uma profunda desigualdade social decorrente do incipiente desenvolvimento de suas forças produtivas<sup>185</sup>. E a necessidade social da burocracia decorreria justamente dessa condição de desigualdade, que criava necessidade para a manutenção do que ele nomeava “direito burguês”. O que Trotsky chamava de “direito burguês” era a lei do valor, cuja permanência nas relações de produção soviéticas determinava a distribuição dos produtos via transformação destes em mercadorias, a serem trocadas (fosse por dinheiro ou outra medida de valor) de acordo com o valor médio socialmente necessário para produzi-las<sup>186</sup>.

A burocracia seria, assim, a “guardiã do direito burguês”<sup>187</sup>, atuando enquanto uma atenuadora dos antagonismos sociais através da coerção<sup>188</sup>. Essa sua posição, entretanto, não seria normal no Estado operário, que esperava-se se dissolver progressivamente com o desenvolvimento das forças produtivas e a consequente eliminação das desigualdades sociais

---

<sup>182</sup>Cf. *Id. A Revolução Traída, cit.*, p. 84. Para um debate acerca da teoria do “socialismo em um só país”, aprovada pelo XIV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, cf. Medvedev, R. “O socialismo num só país”. In: Hobsbawm, E. (org.). *História do Marxismo, cit.*, v. 7, 1986, pp. 42-82.

<sup>183</sup> Até mesmo Eric Hobsbawm, enquanto um crítico desse termo de conotação hostil à experiência soviética, reproduziu em parte a caracterização apologética do regime stalinista ao adaptá-lo para a variante “socialismo realmente existente”, e ao frequentemente utilizar a nomenclatura “Estados socialistas” para se referir a formações sociais análogas à União Soviética, não demonstrando assim grande preocupação em analisar de forma mais aprofundada as especificidades desta. Cf. Hobsbawm, E. *Era dos extremos, cit.*, capítulos 13 e 16.

<sup>184</sup> Para um discussão acerca de como tal distinção se fez presente nas obras de Marx e Engels, cf. Lenin, V. *O Estado e a revolução* [1918]. *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]. Traduzido por Henrique Canary. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005, Capítulo V da primeira obra.

<sup>185</sup> Cf. Trotsky, L. *A Revolução Traída, cit.*, p.74-75.

<sup>186</sup> Acerca da assim chamada “lei do valor”, cf. Marx, K. *Op. cit.*, Seção I, Capítulo 1.

<sup>187</sup> Trotsky, L. *A Revolução Traída, cit.*, p.123.

<sup>188</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 76 e 78.

a partir da abundância – que tornaria supérflua a necessidade de um organismo de coerção que se colocasse acima ou aparte da sociedade<sup>189</sup>.

Seu encastelamento no Estado e sua extrema autonomização em relação às massas seria decorrência da “degeneração” do partido à frente do regime, consequência do fortalecimento das tendências burocráticas resultantes dessa desigualdade social. Tendências essas que, na avaliação de Trotsky, os Bolcheviques teriam subestimado ao encarar que medidas políticas bastariam para contê-las<sup>190</sup>. Dessa situação, ter-se-ia estabelecido um tipo novo de regime bonapartista, assentado sobre e moldado pelas relações sociais decorrentes do domínio da propriedade coletivizada. Esse bonapartismo *sui generis* seria justamente o “stalinismo”, definido aqui de forma mais específica do que o usual dentro da tradição marxista, que classicamente utilizou tal categoria para caracterizar regimes no contexto de formações sociais capitalistas:

[...] O cesarismo nasceu em uma sociedade baseada na escravatura e abalada por lutas intestinas. O bonapartismo foi um dos instrumentos do sistema capitalista nos seus períodos críticos. *O stalinismo é uma variedade, mas sobre as bases de um Estado operário*, dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas laboriosas desarmadas.<sup>191</sup>

As origens do Stalinismo enquanto *regime de crise* caracterizado pela autonomização do Estado em uma formação social de caráter proletário são explicadas por Trotsky a partir do que caracterizou enquanto um processo de reação termidoriana. Aqui é importante ressaltarmos que Trotsky tratava as categorias “bonapartismo” e “termidor” enquanto processos concretos, e não como rígidos esquemas ahistóricos de etapas. Dessa forma, já em 1931, mesmo antes de concluir que o termidor havia triunfado na URSS, este apontava para a possibilidade de um entrelaçamento de ambas no caso soviético<sup>192</sup>.

A situação estrutural da União Soviética, por si só, já fornecia perigosas contradições para uma possível degeneração. Enquanto uma formação social de transição entre o capitalismo e o socialismo, esta possuía um “duplo caráter”, ao mesmo tempo “socialista” (decorrente da propriedade coletivizada) e “burguês” (decorrente da permanência da lei do valor, derivada do desenvolvimento econômico ainda insuficiente)<sup>193</sup>. Essa situação contraditória da fase de transição na qual se insere o Estado operário levou Lenin a se referir a

---

<sup>189</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 79-80. E Lenin, V. *O Estado e a revolução, cit.*, Capítulo V.

<sup>190</sup> Cf. Trotsky, L. *A Revolução Traída, cit.*, pp. 82-83.

<sup>191</sup> *Id. Ibid.*, p. 244. Grifo nosso.

<sup>192</sup> Cf. Trotsky, L. “Thermidor and Bonapartism”. *Class Struggle*, v. 1, n. 1, maio de 1931. E *Id.* “Thermidorianism and Bonapartism”. *The Militant*, v. IV, n. 2, janeiro de 1931.

<sup>193</sup> Cf. *Id. A Revolução Traída, cit.*, p. 76.

ele enquanto um “Estado burguês sem burguesia”<sup>194</sup>, uma vez que esta teria sido expropriada, mas permaneceriam por algum tempo as normas tipicamente capitalistas de distribuição do sobreproduto, até que houvesse abundância para que se atingisse a célebre fórmula de Marx, “de cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo as suas necessidades”<sup>195</sup>. Isso indicava, portanto, que tal formação social era marcada por uma constante contradição na qual tendências estruturais opostas se chocavam.

Para o triunfo do terror, somou-se a essas tendências uma série de fatores agravantes. O principal deles, o fato do Império Russo possuir uma economia marcadamente subdesenvolvida e os anos de participação na Primeira Guerra Mundial, somados aos anos de guerra civil que se seguiram à Revolução de Outubro, a terem degradaram ainda mais, tornando seu terreno econômico ainda mais distante das previsões clássicas de que a revolução proletária triunfaria primeiro nos países centrais do capitalismo, por conta de seu estágio avançado de desenvolvimento. Além deste fator, Trotsky enumerou ainda como influências importantes a queda da participação política do proletariado nos órgãos de massa de tipo soviético e o isolamento internacional do país, ante a derrota de outros processos revolucionários<sup>196</sup>. Considerou ainda o papel desempenhado por medidas antidemocráticas, inicialmente planejadas como temporárias, que acabaram por alimentar ainda mais a situação de “deformação burocrática” em curso – como a proibição das frações internas no partido governante e a supressão de diversas liberdades civis no decurso da guerra contra a reação burguesa<sup>197</sup>.

Gravemente afetado pela burocratização do regime, o próprio partido teria sofrido uma degeneração burocrática, passando a possuir um regime não mais de centralismo democrático, mas sim de “centralismo burocrático”<sup>198</sup>, no qual sua direção reverberava e impunha aos membros políticas que correspondessem aos interesses da burocracia encastelada no aparelho de Estado.

\*\*\*

Assim, podemos ver o complexo modelo teórico elaborado por Trotsky, na esteira das contribuições feitas por outros Bolcheviques que se dedicaram a analisar as tendências de burocratização pelas quais passou a União Soviética no início dos anos 1920. A partir de uma

---

<sup>194</sup> Lenin, V. *O Estado e a revolução*, cit., p. 104.

<sup>195</sup> Marx, K. *Crítica do Programa de Gotha* [1975]. Traduzido por José Barata-Moura. Moscou-Lisboa: Edições Progresso, 1982, [n. p.].

<sup>196</sup> Cf. Trotsky, L. *A Revolução Traída*, cit., pp. 107-108.

<sup>197</sup> Cf. *Id. Ibid.*, pp. 112-113.

<sup>198</sup> Cf. *Id. Ibid.*, p. 114.

situação de grande desigualdade social, decorrente de um incipiente desenvolvimento das forças produtivas, a burocracia teria emergido de um processo complexo de reação termidoriana, cujo marco foi a expropriação política do proletariado. A partir daí teria se estabelecido enquanto uma casta, cuja função principal era mediar os conflitos sociais através de uma crescente coerção a partir do controle do aparato repressivo de Estado.

Dessa situação teria se dado sua autonomização e seu encastelamento no Estado enquanto um agente parasitário, originando um bonapartismo *sui generis* ao qual Trotsky nomeou de Stalinismo, por ter como principal figura representativa o então Secretário Geral do Partido Comunista à época do “termidor”, Joseph Stalin. Ao mesmo tempo em que parasitava o Estado operário (deformado), essa burocracia teria um interesse objetivo em manter a propriedade coletivizada, da qual dependia sua condição privilegiada enquanto administradora direta dos meios de produção. Mas com o tempo, tenderia a se formar frações no interior dessa burocracia interessadas em uma maior estabilidade e, portanto, na expropriação desses meios de produção e no (re)estabelecimento da propriedade privada e do capitalismo.

Esse modelo teórico, a nosso ver reforçado em diversos aspectos pelas contribuições realizadas pela historiografia a partir de sua guinada rumo à História Social e à pesquisa arquivística, mostrou maior capacidade do que outras contribuições de explicar diversos fenômenos complexos da história soviética. Entre eles, podemos mencionar a coletivização forçada, que o já citado Stephen Cohen encara não ser explicada pelas “teorias de burocracia governante” (*ruling bureaucracy theories*), pois uma camada social definida como “profundamente conservadora” seria, a seu ver, incapaz de levar a cabo uma política tão “radical e perigosa”<sup>199</sup>.

Entretanto, essa suposta dicotomia apresentada por Cohen, e fácil de encontrar em outros revisionistas críticos ao modelo teórico do “Estado operário degenerado”, é simplista demais para um modelo dialético que encara a realidade como uma soma contraditória de múltiplas determinações. Seu erro consiste em atribuir à *nomenklatura* soviética (ou a encarar que tal atribuição está presente nas análises de Trotsky) um caráter intrinsecamente conservador, quando na realidade sua posição social a induz a uma postura contraditória, por depender estruturalmente de formas de propriedade criadas por uma revolução proletária e que atentam contra o capitalismo<sup>200</sup>. A seguinte citação de Trotsky acerca da questão demonstra a complexidade por detrás das análises engendradas por suas análises, e a

---

<sup>199</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, p. 65.

<sup>200</sup> Cf. Trotsky, L. *Em defesa do marxismo*, *cit.*, p. 261.

importância de se compreender as relações parasitárias da burocracia com os meios de produção, que engendram a necessidade desta protegê-los até certo ponto:

O apoio do Estado ao *kulak* (1923-1928) constituía um perigo mortal para o futuro do socialismo. Mas a burocracia, com o auxílio da pequena burguesia, conseguiu amordaçar a vanguarda proletária e esmagar a Oposição Bolchevique. Esse “erro” do ponto de vista socialista era um claro benefício do ponto de vista dos interesses da burocracia. Contudo, quando o *kulak* começou a ameaçar a burocracia [com a retenção da produção agrícola], esta virou suas armas contra ele. O pânico da agressão aos *kulaks*, espalhando também aos camponeses médios, não custou menos ao país do que uma invasão externa. A burocracia manteve as suas posições e, derrotado o aliado da véspera, dedicou-se com mais energia a formar uma nova aristocracia. Sabotagem do socialismo? Evidentemente, mas também fortalecimento da casta governamental. [...] <sup>201</sup>

Cohen também alega ser contraditória com o modelo analítico em questão o fato do regime ter produzido expurgos entre 1936-39 que condenaram altos oficiais soviéticos e membros da alta hierarquia do Partido Comunista, considerando que, à luz deste, a burocracia governante teria cometido suicídio <sup>202</sup>.

Mais uma vez, essa crítica, também realizada em outros historiadores revisionistas, demonstra uma perspectiva por demais estreita e simplista. Ao analisar a Constituição Soviética de 1936, por exemplo, Trotsky apontou alguns dispositivos jurídicos nela contidos que teriam como função principal restringir as ações da burocracia contra as massas, buscando assim estabelecer limites para suas ações e regulamentá-las legalmente <sup>203</sup>.

A partir dessa perspectiva, pode-se encarar essas preocupações com as ações descontroladas de estratos da burocracia ou ações de membros individuais como um dos fatores por detrás dos expurgos, ao que também pode-se adicionar disputas internas dentro da hierarquia da *nomenklatura*.

Por não ter alterado em nada o regime stalinista, dificilmente pode-se pensar os expurgos enquanto a eliminação da burocracia enquanto casta, ou seu “suicídio”. Uma tal interpretação parece partir de um pressuposto de que a burocracia seria encarada pelos adeptos do modelo analítico desenvolvido por Trotsky enquanto um monólito, o que já demonstramos não ser verdade. Vê-se assim, como que a sofisticação de tal modelo, por vezes não captada por seus críticos revisionistas, apresenta um grande potencial explicativo para lidar com a realidade contraditória do regime stalinista, donde a importância do seu resgate e sua inserção no meio acadêmico soviético.

---

<sup>201</sup> *Id. Ibid.*, pp. 241-242.

<sup>202</sup> Cf. Cohen, S. *Op. cit.*, p. 66.

<sup>203</sup> Cf. Trotsky, L. *A Revolução Traída, cit.*, pp. 234-235.

## CONCLUSÃO

The Russian working class was neither victim nor pawn, easily manipulated from above, but a social force that drove Tsarism and capitalism from power and had the to do so to Stalinism. The defeat of the working class was not predetermined, but instead was decided in the working-class movements of Europe and the mills and factories of the Soviet Union itself. Marx and Frederick Engels were correct – even more so in regard to periods of mass social upheaval. The history of the Russian Revolution is the history of class struggle.  
– Kevin Murphy, *Revolution and Counterrevolution*, 2005.

A partir das contribuições de Trotsky à análise da formação social soviética e de sua história que aqui sistematizamos, pode-se ver o poderoso instrumento que ela representa para se contrapor à(s) tese(s) da continuidade e a toda e qualquer tentativa de simplificação vulgar dos estudos sobre a Revolução Russa e a União Soviética.

A partir delas, podemos vislumbrar um poderoso modelo analítico que, partindo do campo marxista, serviu de base para a elaboração de uma série de suposições que se mostraram fundamentalmente corretas à luz das produções historiográficas realizadas a partir da década de 1960 pelos historiadores ditos revisionistas. Inclusive, em diversos aspectos, tal modelo se mostrou superior aos paradigmas e categorias por eles utilizadas, como esperamos ter demonstrado ao longo de nossa análise.

Dessa forma, acreditamos que é em tal modelo que reside a chave para se erguer um campo marxista dentro da historiografia da Revolução Russa, capaz de se contrapor à renovada hostilidade à Outubro, que mais uma vez busca ligá-lo à barbárie Stalinista, ao mesmo tempo em que se pauta por uma perspectiva analítica baseada em pesquisas arquivísticas e no respeito – ainda que crítico – às valiosas contribuições da escola revisionista.

Apenas a partir da chave analítica da luta de classes, presente no âmago do materialismo histórico, é que se pode compreender corretamente a Revolução Russa, a formação social por ela gerada, a contrarrevolução termidoriana, e o importante papel de todos esses fatores na história do século xx – largamente moldada pela audaz iniciativa do proletariado russo contra a opressão e a exploração e seu curso posterior.

Apenas a partir do marxismo e do melhor que esta tradição produziu acerca desses fenômenos é que se pode repelir com a devida firmeza os ataques o revisionismo neoliberal, que revive na historiografia o combate dos *cold warriors*. Se a História é um campo de batalha, então façamos sua disputa.

## BIBLIOGRAFIA

BROUÉ, Pierre. *El partido bolchevique* [1962]. Traduzido por Ramón García Fernández. Madrid: Editorial Ayuso, 1973

BLUM, Alain. “A demografia”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 189-194.

CERDEIRA, Bernardo. “A natureza social da ex-União Soviética. Atualidade de uma polêmica.”. *Revista Outubro*, n. 1. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 81-99.

COHEN, Stephen F. *Rethinking the soviet experience – Politics and History since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

CORREA, Priscila. *História, Política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet*. São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade de São Paulo.

COSTA, Emília V. da. “A dialética invertida: 1960-1990”. *Revista Brasileira de História. Brasil: 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n.27, 1994, p.9-26 Disponível em [http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID\\_REVISTA\\_BRASILEIRA=16](http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=16). Acessado em 17 de agosto de 2013.

DEUTSCHER, Isaac. “Marxism in Our Time” [1965]. In: *Marxism in Our Time* (ed. Tamara Deutscher). Londres: Cape, 1972. Disponível em <http://www.deutscherprize.org.uk/Marxism%20in%20Our%20Time'.htm>. Acessado em 17 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. *Trotski: o profeta armado, 1879-1921* [1954]. Traduzido por Waltensir Dutra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERNANDES, Luis. “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados do Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”. *Boletim de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, n. 39, 1.º semestre de 1995. Disponível em [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=453&Itemid=381](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=453&Itemid=381). Acessado em 20 de agosto de 2013.

FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. *Dos soviets a burocracia* [1980]. Traduzido por Cláudio Nascimento. Porto Alegre: Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, 1988.

FONTANA, Josep. “As guerras da história”. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, pp. 343-379.

\_\_\_\_\_. “Os marxismos”. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, pp. 309-341.

FURET, François. *Pensar a revolução francesa*. Tradução de Rui Fernandes de Carvalho. Lisboa: Edições 70.

GETZLER, Israel. “Outubro de 1917: O debate marxista sobre a revolução na Rússia”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, pp. 25-43.

GOLDMAN, Wendy. “As mulheres na sociedade soviética”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 220-233.

GROPPO, Bruno. “O Comunismo na História do Século XX” [2007]. Tradução de Arlete Dialeachi. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, v. 0, n. 75, 2008, pp. 115-141. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452008000300007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000300007). Acessado em 03 de fevereiro de 2013.

HEGEDÛS, András. “A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica”. In: HOBSBAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 7, 1986, pp. 13-44.

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa* [1990]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Era dos extremos: o breve século XX* [1994]. Traduzido por Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. “Foreword”. In: PRICE, M. *Dispatches from the Revolution: Russia 1916-1918* (Ed. Tania Rose). Durham: Duke University Press Books, 1997, p. xii.

\_\_\_\_\_. “Podemos escrever a história da revolução russa?” [1996]. In: *Sobre História* [1997]. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 256-267.

HOLQUIST, Peter. “A questão da violência”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 143-170.

INGERFLOM, Claudio S. “Introdução”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 131-142.

JOHNSTONE, Monty. “Lênin e a revolução”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 5, 1985, pp. 113-142.

LENIN, Vladimir. *O Estado e a revolução* [1918]. *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]. Traduzido por Henrique Canary. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. *Últimos escritos e Diário das secretárias* (Ed. Henrique Canary). São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

LEWIN, Moshe. *Lenin's Last Struggle* [1967]. Tradução de A. M. Sheridan Smith. 4ª ed. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2008.

\_\_\_\_\_. “Para uma conceituação do stalinismo”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 7, 1986, pp. 203-240.

LOFF, Manuel. “Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução”. *História & Luta de Classes*, n. 12, pp.11-16, setembro de 2011.

MANDEL, Ernest. “Why The Soviet Bureaucracy is not a New Ruling Class”. *Monthly Review*, 1979, pp. 63-89. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/mandel/1979/xx/sovbur.htm>. Acessado em 03 de fevereiro de 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* [1867]. Traduzido por Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Crítica do Programa de Gotha* [1975]. Traduzido por José Barata-Moura. Moscou-Lisboa: Edições Progresso, 1982. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1875/gotha/index.htm>. Acessado em 27 de agosto de 2013.

MEDVEDEV, Roi A. “O socialismo num só país”. In: HOBBSAWM, Eric (org.). *História do Marxismo*. São Paulo: Paz e Terra, v. 7, 1986, pp. 45-82.

MELO, Demian Bezerra. “Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas”. *Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1, jul/dez de 2013, pp.49-74.

MURPHY, Kevin. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Oxford: Berghahn Books, 2005.

\_\_\_\_\_. “Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm” [2007]. Traduzido por Sean Purdy. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 17, 1º semestre de 2008, pp. 43-67.

PAXTON, Robert O. *Anatomia do Fascismo*. Traduzido por Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PUDAL, Bernard. “Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo” [2008]. Entrevista concedida a K. Tomizaki. Tradução de Daniela Ferreira. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), maio/agosto 2009, pp. 129-138.

\_\_\_\_\_. & PENNETIER, Claude. “Do partido bolchevique ao partido stalinista”. In: DREYFUS, M., et al. *Op. cit.*, pp. 383-392.

RABINOWITCH, Alexander. *The Bolsheviks Come to Power. The Revolution of 1917 in Petrograd*. Chicago: Haymarket Books, London: Pluto Press, 2004.

RITTERSPORN, Gábor. “O Partido”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000a]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 170-177.

\_\_\_\_\_. “O terror”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000b]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 177-189.

SEGRILLO, Ângelo. “A historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens”. In: *Projeto História*, v. 41, dezembro de 2010, p. 63-92. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6535/4734>. Acessado em 4 de março de 2013.

SIGELBAUM, Lewis. “Os operários e os comunistas em 1917-1939”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. p. 204-211.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída – o que é e para onde vai a URSS* [1936]. Traduzido por Henrique Canary, Paula Maffei e Rodrigo Ricupero. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

\_\_\_\_\_. *Em defesa do marxismo* [1942]. Traduzido por Luís Carlos Leiria e Elisabeth Marie. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.

\_\_\_\_\_. *História da Revolução Russa*. Dois tomos. São Paulo: Sundermann, 2007.

\_\_\_\_\_. *O programa de transição para a revolução socialista* [1938]. Traduzido por Elisabeth Marie e Luiz Gustavo Soares. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

\_\_\_\_\_. *Questões do modo de vida. A moral deles e a nossa*. Traduzido por Iego Siqueira e Daniel Oliveira. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

\_\_\_\_\_. “Thermidor and Bonapartism”. *Class Struggle*, v. 1, n. 1, maio de 1931. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermidor.htm>. Acessado em 20 de agosto de 2013.

\_\_\_\_\_. “Thermidorianism and Bonapartism”. *The Militant*, v. IV, n. 2, janeiro de 1931. Disponível em <http://www.marxists.org/archive/trotsky/1931/xx/thermbon.htm>. Acessado em 20 de agosto de 2013.

VIOLA, Lynne. “Os camponeses, de 1917 aos nossos dias”. In: DREYFUS, Michael, et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. pp. 194-204.

WOOD, Ellen M. & FOSTER, John B. (ed.). *In Defense of History: Marxism and the Postmodern Agenda*. New York: Monthly Review Press, 1997.